



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**DOCUMENTO DE
FUNDAMENTAÇÃO DO
ORÇAMENTO DO ESTADO
PARA 2021**

MAPUTO, 7 DEZEMBRO DE 2020

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	8
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	11
II.1 CONTEXTO INTERNACIONAL	11
II.2 CONTEXTO NACIONAL	25
II.3 PREVISÃO DO ENVELOPE DE RECURSOS PARA 2021-2023	31
III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2020	34
IV. POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2021	38
IV.1 LINHAS GERAIS E OBJECTIVOS DA POLÍTICA ORÇAMENTAL	38
IV.2 PRIORIDADES NA AFECTAÇÃO DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA	42
V. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021.....	43
V.1 RECURSOS DO ESTADO	43
V.1.1 RECURSOS INTERNOS	43
V.1.2 RECURSOS EXTERNOS.....	45
V.2 DESPESAS DO ESTADO	46
V.2.1 DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	47
V.2.2 DESPESAS DE INVESTIMENTO.....	53
V.2.3 DESPESAS COM OPERAÇÕES FINANCEIRAS.....	55
V.2.4 PRIORIDADES E PILARES DO GOVERNO.....	56
V.2.5 COMPROMISSOS SECTORIAIS.....	57
V.2.6 AFECTAÇÃO TERRITORIAL.....	58
V.2.7 SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA	61
VI. PRINCIPAIS RISCOS FISCAIS PARA 2021.....	61

VII. FINANCIAMENTO DO DÉFICE.....	63
VIII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	65
IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Perspectivas de Crescimento do PIB Mundial (%).....	11
Quadro 2. Perspectiva de Crescimento do PIB da África Subsaariana por Grupo de Países.....	15
Quadro 3. Preços das Principais Mercadorias e Previsão.....	18
Quadro 4. Volume do Comércio Mundial de Mercadorias e PIB Real (Variação %).....	20
Quadro 5. Fluxo de IDE e projecções, por grupo de economias e regiões, 2017-2019, e 2020 (bilhões de USD e %).....	23
Quadro 6. Taxa de Crescimento do PIB por Ramo de Actividade para 2021 (%).....	26
Quadro 7. Pressupostos Macroeconómicos	29
Quadro 8. Execução de Janeiro à Junho de 2020	34
Quadro 10. Previsão dos Recursos Internos (Milhões de MT e % do PIB)	44
Quadro 11. Recursos Externos (Milhões de MT e % do PIB)	45
Quadro 12. Donativos (Milhões de USD)	45
Quadro 13. Créditos (Milhões de USD)	46
Quadro 14. Despesas de Funcionamento (Milhões de MT e % do PIB).....	48
Quadro 15. Impacto das Admissões/Contratações para 2021 (Nº de Efectivos e Milhões de MT)	49
Quadro 16. Programas de Protecção Social (Milhões MT).....	51
Quadro 17. Transferências às Comunidades (Milhões de MT).....	52
Quadro 18. Despesas de Investimento	53
Quadro 19. Amostra das Despesas de Investimento por Área de Actividade (Milhões de MT)	54
Quadro 20. Operações Financeiras do Estado (Milhões de MT).....	55
Quadro 21. Alocação da Despesa por Prioridades e Pilares (Milhões e %).....	57
Quadro 22. Compromissos Sectoriais (Milhões de MT e %).....	58

Quadro 23. Critérios de Afectação de Recursos para os OGDG	59
Quadro 24. Limites Orçamentais para os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (Milhões de MT).....	59
Quadro 25. Alocação Por Níveis (Milhões de MT e %).....	60
Quadro 26. Serviço da Dívida (Milhões de MT e % do PIB).....	61
Quadro 27. Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação.....	63
Quadro 28. Défice Orçamental	64
Quadro 29. Equilíbrio Orçamental (Milhões de MT e %).....	66

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Projecção do PIB para África (%)	13
Gráfico 2. Projecção do PIB África Austral - Cenário Base	16
Gráfico 3. Projecção do Crescimento Económico para a África Austral - Cenário Pessimista.....	16
Gráfico 4. Evolução do Índice de Preços dos Produtos Primários (USD)	17
Gráfico 5. Taxa de Inflação por Áreas Económicas	22
Gráfico 6. Fluxos Globais de IDE,2015–2019 e Projecções 2020–2022	24
Gráfico 7. Taxas de crescimento real do PIB por Trimestre 2019 e 2020 (%) ..	25
Gráfico 8. Projecção da Conta Corrente	30
Gráfico 9. Decomposição dos Recursos a Médio Prazo em % do PIB (2021-2023)	32
Gráfico 10. Despesas do Estado em % do PIB (2021-2023).....	32
Gráfico 11. Principais Rácios Fiscais em % do PIB (2021-2023).....	33
Gráfico 12. Composição das Receitas de Janeiro a Junho de 2020 (Milhões de MT)	35
Gráfico 13. Composição das Despesas de Janeiro a Junho de 2020 (%)	36
Gráfico 14. Composição dos Recursos Internos (Milhões de MT)	43

Gráfico 15. Composição das Receitas do Estado (% do Total).....	43
Gráfico 16. Composição das Despesas (%).....	47
Gráfico 17. Composição das Despesas de Funcionamento para 2021 (%)	48
Gráfico 18. Composição das Transferências Correntes (%).....	51
Gráfico 19. Transferência das Receitas de Exploração Florestal e Faunística (Milhões de MT).....	53
Gráfico 21. Financiamento do Défice (%).....	64

GLOSSÁRIO

ADO	Apoio Directo ao Orçamento
AT	Autoridade Tributária
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África
CGE	Conta Geral do Estado
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
ECA	<i>Economic Commission for Africa</i>
FC	Fundo Comum
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICE	Imposto sobre Consumo Específico
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
JUE	Janela Única Electrónica
MT	Meticais
OCDE	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OE	Orçamento do Estado
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PQG	Programa Quinquenal do Governo
REO	<i>Regional Economic Outlook</i>
REO	Relatório de Execução Orçamental
RIB	Reservas Internacionais Brutas
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SPO	Subsistema de Planificação e Orçamentação
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste de África
USD	Dólar Americano
WEO	<i>World Economic Outlook</i>

I. INTRODUÇÃO

1. O Orçamento do Estado 2021 assegura a continuidade da materialização do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024 no segundo ano de implementação, que será materializado através das acções previstas no Plano Económico e Social para 2021.
2. O presente orçamento foi elaborado num contexto de transformações económicas e sociais impostas por um novo "normal", provocada pela pandemia da COVID-19, que resultou na maior recessão global estimada em cerca de -4,9% para 2020, causada pelas medidas de contenção que resultaram na paralisação da actividade económica em grande parte das economias. Em linha com as actuais tendências globais da economia mundial, a economia Moçambicana também tem registado uma desaceleração.
3. O actual contexto, impõe reforços na gestão macroeconómica com vista a mitigar os efeitos dos choques conjunturais sobre o ciclo económico interno e o aprofundamento das reformas estruturais com o objectivo de expandir a oferta interna e a redução gradual dos desequilíbrios na balança de transacções correntes.
4. No entanto, as expectativas actuais da economia mundial para 2021 são promissoras, esperando-se a retoma da actividade económica que poderá situar-se em cerca de 5,4%, que será suportada pela recuperação gradual do consumo, do investimento e dos preços das principais matérias-primas.
5. A nível nacional, a previsão de crescimento económico em 2020 foi revista em baixa, passando de 2,2% para 0,8%, resultado do impacto da COVID-19. Para 2021, espera-se que o crescimento económico se situe em 2,1%, mostrando uma recuperação lenta, devido às incertezas quanto ao período

de propagação da pandemia e a insegurança que se regista em algumas zonas da Província de Cabo Delgado e no Centro do país.

6. Resultante da conjuntura nacional e internacional, o Orçamento do Estado para 2021, toma em consideração o espaço fiscal disponível, priorizando a alocação de recursos para os compromissos sectoriais (Educação, Saúde e Agricultura) capazes de reduzir as desigualdades sociais, através do desenvolvimento de infraestruturas sociais básicas, garantindo o pleno funcionamento das instituições, e o aumento da produtividade agrícola, sem descurar as acções para o combate e prevenção da COVID-19.
7. As prioridades na alocação de recursos asseguram igualmente o investimento nas Forças de Defesa e Segurança de modo a adequa-las às exigências actuais e do futuro.
8. No âmbito da sustentabilidade orçamental, prevê-se o prosseguimento das medidas de racionalização da despesa pública, a introdução de reformas que visam a melhoria da eficiência e eficácia dos gastos públicos, bem como o alargamento da base tributária, para a melhoria do processo de arrecadação das receitas.
9. Os principais pressupostos macroeconómicos que sustentam o Orçamento do Estado para 2021, são os seguintes:

- Taxa de Crescimento Real de 2,1%;
- Taxa de Inflação média anual de 5,0%;
- Exportações em USD 3.768,8 milhões; e
- Reservas Internacionais Líquidas de USD 3.273,3 milhões (cobertura de cerca de 6,8 meses de importação).

10. Com efeito, o Orçamento de Estado de 2021 define as seguintes metas:

- Receita do Estado: 265.596,1 milhões de MT, equivalente a 23,4% do PIB;
- Despesa do Estado: 368.595,1 milhões de MT, correspondente a 32,5% do PIB;
- Déficit Orçamental: 102.999,0 milhões de MT, equivalente a 9,1% do PIB;
- Déficit Orçamental após Donativos: 23.936,0 milhões de MT, o equivalente a 2,1% do PIB; e
- Saldo Primário: 11.178,8 milhões de MT, correspondente a 1,0% do PIB.

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

II.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

II.1.1 CRESCIMENTO ECONÓMICO GLOBAL

11. Estimativas do Fundo Monetário Internacional (Junho, 2020) apontam para uma recuperação da economia mundial após a recessão prevista para 2020, apresentando um crescimento na ordem de 5,4% para 2021, estando 0,4 pontos percentuais (p.p.) abaixo das previsões iniciais de Abril. Ainda assim, espera-se que o PIB global para o ano de 2021 ultrapasse o nível de 2019.

12. Estas previsões são realizadas num contexto de elevada incerteza, uma vez que dependem da profundidade da contracção da economia no segundo semestre de 2020, assim como da magnitude e persistência dos choques. Contudo, a expectativa é de que o consumo e o investimento se fortaleçam gradualmente, constituindo o fundamento para a recuperação da economia.

Quadro 1. Perspectivas de Crescimento do PIB Mundial (%)

	2019	Proj.	
		2020	2021
ECONOMIA MUNDIAL (%)	2.9	-4.9	5.4
Economias Avançadas	1.7	-8.0	4.8
Estados Unidos da América	2.3	-8.0	4.5
Zona Euro	1.2	-10.2	6.0
Alemanha	0.5	-7.8	5.4
França	1.3	-12.5	7.3
Itália	0.2	-12.8	6.3
Espanha	2.0	-12.8	6.3
Japão	1.0	-5.8	2.4
Reino Unido	1.3	-10.2	6.3
Canadá	1.5	-8.4	4.9
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	3.7	-3.0	5.9
Rússia	1.1	-6.6	4.1
Médio Oriente e Ásia Central	0.8	-4.7	3.3
Arábia Saudita	0.2	-6.8	3.1
África Subsahariana	3.3	-3.2	3.4
Nigéria	2.3	-5.4	2.6
África do Sul	0.4	-8.0	3.5
Ásia Emergente e em Desenvolvimento	5.6	-0.8	7.4
China	6.1	1.0	8.2
Índia	4.8	-4.5	6.0
América Latina e Caraíbas	0.1	-9.4	3.7
Brasil	1.2	-9.1	3.6

Fonte: World Economic Outlook - FMI (Junho, 2020)

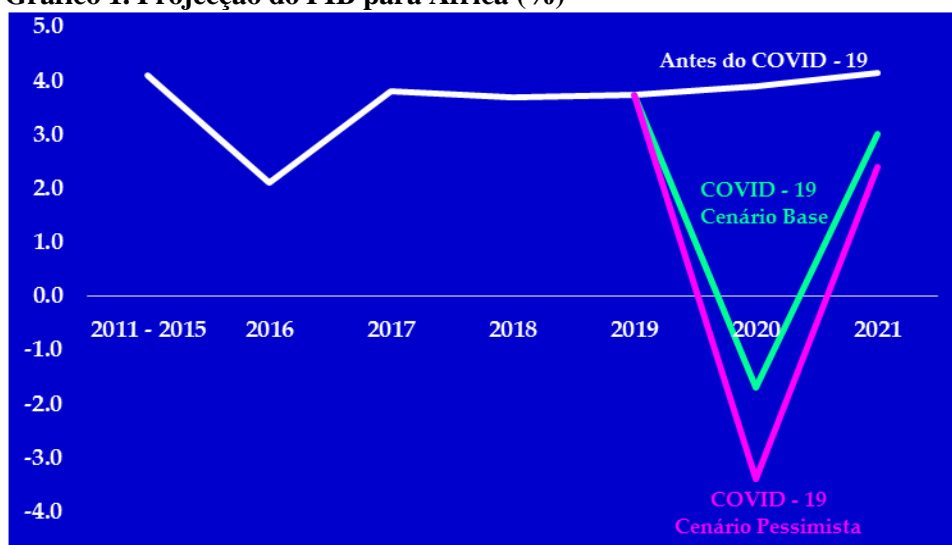
13. Com a recuperação gradual prevista para o segundo semestre de 2020, o crescimento no grupo das **economias avançadas** está projectado para que fortaleça em 4,8% em 2021, o que corresponde a um incremento de 12,8p.p. em relação a previsão para 2020.
14. Na **zona Euro**, espera-se um crescimento de 6,0% para 2021 contra os -10,2% previstos para 2020. O choque para a economia da União Europeia (EU) é simétrico, visto que a pandemia atingiu todos os Estados-Membros. No entanto, tanto a queda na produção em 2020 quanto a força da recuperação em 2021 deverão diferir acentuadamente.
15. A previsão de recuperação da China em 8,2% em 2021, faz com que as perspectivas de crescimento para as **Economias Emergentes e em Desenvolvimento** sejam satisfatórias, na ordem de 5,9%, o que significa uma aceleração de 8,9p.p. Excluindo a China, o crescimento previsto é de 4,7%.
16. A nível da **África Subsaariana** prevê-se uma recuperação de 3,4% para 2021 após a recessão de 2020 antevê-se que atinja os -3,2%. O crescimento projectado deriva do alívio gradual das restrições que já vem acontecendo e da manutenção da mesma dinâmica para evitar contágios na região.

II.1.2 DESENVOLVIMENTOS E PERSPECTIVAS REGIONAIS

17. A pandemia da COVID-19 e o seu impacto socioeconómico, reverteram profundamente as projecções de crescimento económico anteriormente previstas para **África**, o que exigiu a revisão das mesmas para 2020 e 2021.
18. As incertezas quanto a propagação do vírus e as medidas adoptadas pelos governos africanos para conter a pandemia limitam as projecções de

crescimento. Para o efeito, o *African Economic Outlook* (Julho, 2020), criou dois cenários para estimar as perspectivas de crescimento, sendo o primeiro, um cenário base que assume um impacto substancial e de curta duração da pandemia e, o segundo cenário resulta de uma previsão de um impacto maior do vírus por um período mais longo, além do primeiro semestre de 2020.

Gráfico 1. Projecção do PIB para África (%)



Fonte: *African Economic Outlook* – Banco Africano de Desenvolvimento (Julho, 2020)

- 19.No cenário base, prevê-se uma contracção de 1,7% para 2020, correspondendo a uma queda de 5,6p.p. face as projecções de Janeiro e caso a pandemia se prolongue haverá uma contracção de 3,4% que resultará numa queda de 7,3p.p. face as projecções iniciais.
- 20.No entanto, as perspectivas de recuperação para África permanecem incertas e susceptíveis a consequências imediatas e de longo prazo da pandemia. O crescimento para África é projectado para 3,0% em 2021 no cenário base e 2,4% no cenário pessimista. Esta recuperação será parcial, uma vez que se espera que os sectores do turismo, transportes e entretenimento demorem a recuperar-se totalmente, à medida que as

peças se vão ajustando gradualmente ao “novo normal” de interações sociais.

21. Não obstante as incertezas que advêm da pandemia, as perspectivas enfrentam outros riscos associados a factores internos e externos, que incluem:

- i. Os preços das principais matérias-primas, com destaque para o petróleo;
- ii. As condições financeiras globais restritas e voláteis;
- iii. Agitação social potencial, insurgências e conflitos armados;
- iv. Desastres naturais - como inundações, outros eventos climáticos extremos e a invasão do enxame de gafanhotos do deserto na África Oriental.

22. Estes riscos estão interligados e reforçam-se mutuamente, aumentando a incerteza em torno das perspectivas.

23. A recuperação projectada do crescimento de 3,4% para 2021 para **África Subsahariana** está abaixo do previsto para a economia mundial, devido aos pacotes de políticas implementados pelos países da África Subsahariana para facilitar a recuperação das economias, que são consideravelmente menos robustos das que vêm sendo implementadas pelas economias avançadas e emergentes.

24. Nas maiores economias da região (Angola, Nigéria, África do Sul), projeta-se que o PIB real retorne aos níveis anteriores à crise apenas em 2023 ou 2024.

Quadro 2. Perspectiva de Crescimento do PIB da África Subsaariana por Grupo de Países

	2018	2019	Proj.	
			2020	2021
África Subsaariana	3.2	3.1	-3.2	3.4
Excl. África do Sul e Nigéria	4.8	4.5	-0.6	3.8
Países exportadores de petróleo	1.3	1.9	-4.9	2.7
Excl. Nigéria	-0.2	1.1	-3.4	2.9
Países importadores de petróleo	4.4	3.8	-2.2	3.0
Excl. África do Sul	6.0	5.3	0.0	4.0
Países de rendimento médio	2.3	2.2	-4.7	3.5
Excl. África do Sul e Nigéria	3.6	3.5	-1.9	4.3
Países de baixo rendimento	6.0	5.7	0.7	3.3
Excl. Países em Situação Frágil	6.7	6.6	1.5	2.9
Países em situação frágil	4.5	4.3	-0.8	4.6
Zona do franco	4.4	4.6	-0.4	4.7
CEMAC	0.8	1.9	-3.7	3.0
UEMOA	6.4	6.1	1.3	5.6
COMESA (países membros da ASS)	6.0	5.2	-0.8	2.7
CAO-5	6.6	5.7	1.0	3.7
CEDEAO	3.4	3.6	-2.9	3.8
SACU	1.0	0.3	-7.9	3.7
SADC	2.1	1.3	-5.3	3.6

Fonte: *Sub-Saharan Africa Economic Outlook - FMI (Junho, 2020)*

25. A análise ao grupo de países, mostra que os países de rendimento médio e os países exportadores de petróleo são os que vão se recuperar rapidamente da recessão, esperando-se 3,5% e 2,7% em 2021, o que representam incrementos de 8,2p.p. e 7,6p.p. comparativamente a previsão de 2020, respectivamente.
26. No grupo das Regiões Económicas da África Subsaariana, as estimativas indicam que a Zona franco e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) são as que vão obter maior crescimento em 2021, em torno de 4,7% e 3,8%, respectivamente.
27. A recuperação mais rápida pós-recessão será nas regiões económicas da União Aduaneira da África Austral (SACU) com um crescimento previsto de 3,7% e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) com 3,6% para 2021, que corresponde a um incremento de 11,6p.p. e 8,9p.p., respectivamente.

28. Quando comparado com outras regiões do mundo, o crescimento económico da **África Austral** entre 2008 e 2017 foi maior do que as economias avançadas. No entanto, a região não conseguiu manter o ritmo de crescimento e teve as taxas de crescimento mais baixas em 2018 e 2019 quando comparada com outras partes do mundo.

Gráfico 2. Projecção do PIB África Austral - Cenário Base

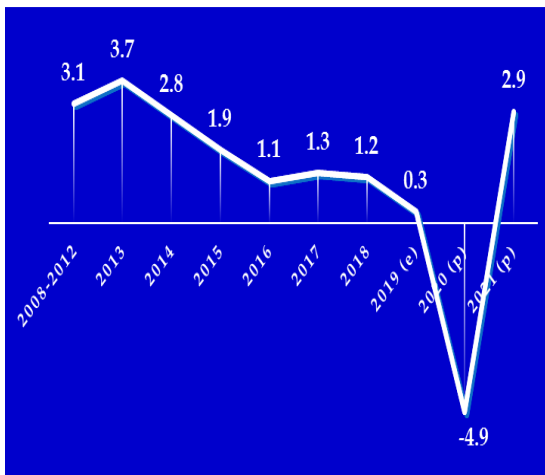
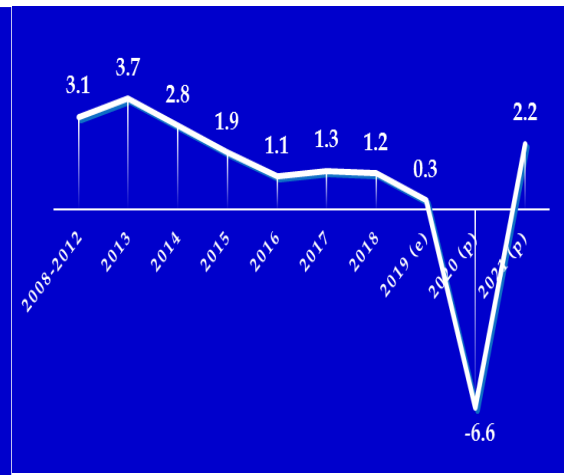


Gráfico 3. Projecção do Crescimento Económico para a África Austral - Cenário Pessimista



Fonte: *Southern Africa Economic Outlook - African Development Bank (Julho, 2020)*

29. De acordo com os cenários apresentados (gráficos 2 e 3) pelo *Southern Africa Economic Outlook* (Julho, 2020), o crescimento pós COVID-19 na região deve fortalecer apenas em 2021, com taxas de crescimento do PIB pelo menos acima das economias avançadas em torno 2,9% no cenário base e 2,2% no cenário pessimista.

30. O impacto da COVID-19 na África do Sul, sendo uma das maiores economias da região, é projetado para que afecte o resto das economias da África Austral.

31. Para os estados membros da Área Monetária do Rand e da União Aduaneira da África Austral (SACU), o impacto da depreciação da taxa de câmbio e declínio nas receitas da SACU podem tornar Botswana, Eswatini, Lesoto e Namíbia mais vulneráveis à contracção iminente na África do Sul.

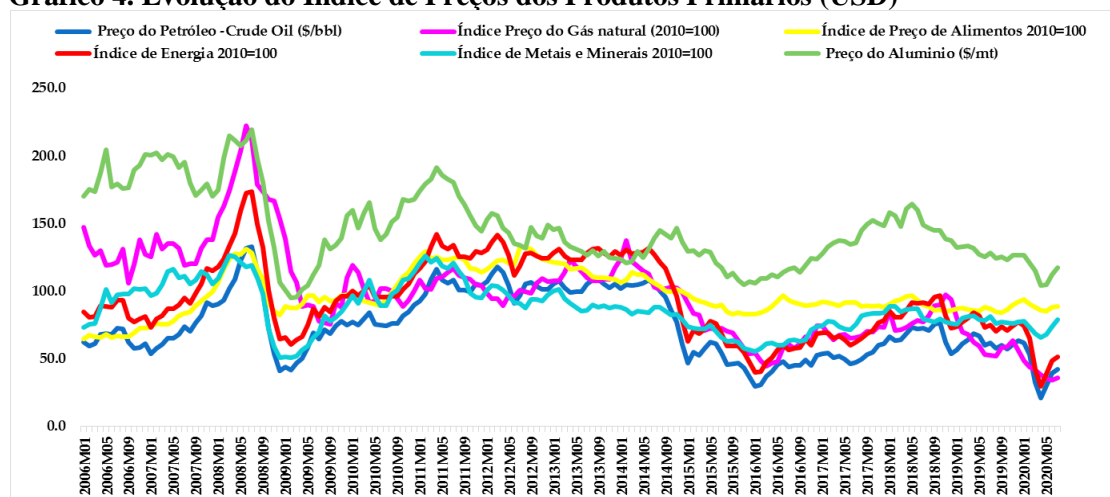
Dado a estes factores, as vendas de gás e electricidade em Moçambique podem ser adversamente afectadas.

32. Não obstante, os Países que dependem do sector de turismo, como as Maurícias, também serão afectados negativamente. A perspectiva imediata, porém, depende da disseminação de novos casos da COVID-19.

II.1.3 EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS PRIMÁRIOS

33. No início de 2020, os preços das principais mercadorias registaram uma queda acentuada em linha com a fraca procura decorrente da pandemia COVID-19. Contudo, os dados do *Commodity Markets Outlook* do Banco Mundial até Agosto, sugerem uma recuperação gradual dos preços no segundo trimestre, destacando-se os produtos energéticos que tiveram uma recuperação nos preços em 64,7% entre Março à Junho.

Gráfico 4. Evolução do Índice de Preços dos Produtos Primários (USD)



34. As previsões de preços estão sujeitas a riscos significativos relacionadas com o fim da pandemia, o que sugere que as projecções podem sofrer alterações, à medida dos novos desenvolvimentos da economia global e das tendências da procura e oferta dos produtos primários.

35. O quadro a seguir mostra com detalhe o comportamento dos preços das principais mercadorias para 2020 e projecções para 2021.

Quadro 3. Preços das Principais Mercadorias e Previsão

Principais Mercadorias	Unidade	2019	2020	2021
Energia				
Carvão, Australia	\$/mt	94	90	86
Petróleo, Média	\$/bbl	64	63	64
Gás Natural, Europa	\$/mmbtu	6	6	6
Gás Natural, EUA	\$/mmbtu	3	3	3
Agricultura				
Chá, leilão (3) média	¢/kg	245	251	257
Soja	\$/mt	390	401	412
Milho	\$/mt	168	171	175
Arroz, Tailândia, 5%	\$/mt	410	413	415
Trigo, EUA, HRW	\$/mt	212	214	217
Açúcar, Mundo	¢/kg	28	29	30
Algodão	¢/kg	188	191	193
Tabaco	\$/mt	4,900	4,862	4,825
Metais e Minerais				
Alumínio	\$/mt	1,940	1,970	1,992
Cobre	\$/mt	6,490	6,680	6,711
Ouro	\$/toz	1,310	1	1,354
Minério de Ferro	¢/dmtu	78	73	73
Chumbo	¢/kg	1,980	2	2,010
Níquel	\$/mt	12,880	13,700	14,079
Prata	c/toz	16	16	16
Estanho	¢/kg	21,210	21,580	21,718
Zinco	¢/kg	2,870	2,650	2,635

Fonte: Adaptado, Banco Mundial – Abril, 2020

36. No sector de **energia**, espera-se que os preços do carvão e do petróleo caiam em 2020 e 2021 devido à desaceleração do crescimento global e da procura, enquanto os preços do gás natural se estima que se mantenham estáveis em 2020 e 2021.

37. Os preços da maioria dos **metais** são projetados com relativa volatilidade em 2020 e 2021, exceptuando para o chumbo, o níquel, o estanho e o zinco. O maior factor de risco para os metais e minerais está associado a uma desaceleração do crescimento global, especialmente na China, o que terá um impacto significativo na maioria dos países da África Austral que

dependem fortemente da exportação de matérias-primas de minerais, ameaçando a recuperação económica.

38. Os preços das **matérias-primas agrícolas**, com algumas excepções devem manter-se amplamente estáveis em 2020 e 2021 uma vez que são menos sensíveis à actividade económica do que as matérias-primas industriais. A queda nos preços do tabaco é, no entanto, provável que afecte negativamente países como o Zimbabwe e o Malawi onde o tabaco é o principal componente do sector da agricultura.
39. À médio e longo prazos, uma resolução das tensões comerciais, especialmente entre os Estados Unidos e a China, pode representar uma maior oportunidade para o comércio internacional.

II.1.4 TENDÊNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

40. Segundo o *World Trade Organization* (Julho, 2020), o comércio global vinha desacelerando antes da pandemia da COVID-19, pressionado pelas tensões comerciais e pela desaceleração da economia mundial. O comércio de mercadorias reduziu em 0,1% em termos de volume em 2019, tendo iniciado a queda em 2009. Em contrapartida, o comércio de serviços aumentou em 2% em 2019.
41. Para a previsão do comércio para 2020 e 2021, foram considerados dois cenários de como a crise da COVID-19 pode se desdobrar:
- i. um cenário optimista onde a pandemia tem vida curta e as políticas de distanciamento social são retiradas com bastante rapidez; e
 - ii. um cenário pessimista em que o surto é prolongado e o distanciamento social permanece por muito mais tempo.

Quadro 4. Volume do Comércio Mundial de Mercadorias e PIB Real (Variação %)

	Histórico		Cenário Optimista		Cenário Pessimista	
	2018	2019	2020	2021	2020	2021
Volume do Comércio Mundial de Mercadorias	2.9	-0.1	-12.9	21.3	-31.9	24.0
Exportação						
América do Norte	3.8	1.0	-17.1	23.7	-40.9	19.3
América do Sul e do Centro	0.1	-2.2	-12.9	28.6	-31.3	14.3
Europa	2.0	0.1	-12.2	20.5	-32.8	22.7
Ásia	3.7	0.9	-13.5	24.9	-36.2	36.1
Outras Regiões	0.7	-2.9	-8.0	8.6	-8.0	9.3
Importação						
América do Norte	5.2	-0.4	-14.5	27.3	-33.8	29.5
América do Sul e do Centro	5.3	-2.1	-22.2	23.2	-43.8	19.5
Europa	1.5	0.5	-10.3	19.9	-28.9	24.5
Ásia	4.9	-0.6	-11.8	23.1	-31.5	25.1
Outras Regiões	0.3	1.5	-10.0	13.6	-22.6	18.0
PIB Real a Taxas de câmbio do Mercado	2.9	2.3	-2.5	7.4	-8.8	5.9

Fonte: Trade Policy Review - WTO (Julho, 2020)

42. De acordo com os cenários apresentados, o volume do comércio mundial de mercadorias pode diminuir em 12,9% em 2020 no primeiro cenário e 31,9% no segundo. O PIB real mundial a taxas de câmbio de mercado está previsto que reduza em 2,5% no primeiro caso e 8,8% no segundo.
43. Os dados comerciais preliminares e os indicadores relacionados ao comércio para o primeiro e segundo trimestre de 2020 são, muito mais consistentes com o cenário otimista do que com o pessimista. No entanto, desenvolvimentos adversos, incluindo uma segunda onda de casos de COVID-19, ainda podem levar a resultados mais negativos.
44. Ainda no cenário otimista, a perspectiva é que haverá uma recuperação do comércio de 21,3% em 2021, suficientemente forte para trazer o comércio de volta à sua tendência pré-pandemia. Sob um conjunto de hipóteses mais pessimistas, a recuperação em 2021 seria maior em termos percentuais (24,0%), mas ainda insuficiente para trazer uma reversão à tendência pré-pandêmica.

45. Importa referir que o comércio nunca voltou à tendência após a crise financeira global há pouco mais de uma década. Uma recuperação económica mais lenta do que o esperado em 2021 também pode deixar a expansão do comércio aquém das projecções.
46. Existe um alto grau de incerteza associado à previsão actual devido à natureza sem precedentes do choque para a economia global como resultado da pandemia COVID-19.
47. No entanto, os indicadores relacionados ao comércio fornecem algumas pistas sobre a extensão da desaceleração em 2020. Por exemplo, as vendas de automóveis caíram 78% na União Europeia e 47% nos Estados Unidos em Abril em relação ao ano anterior, sinalizando uma procura fraca do consumidor. Estas estatísticas sugerem uma queda severa para o comércio de mercadorias que se estende até o segundo trimestre e, provavelmente, para além desse período.

II.1.5 TENDÊNCIA DO NÍVEL DE PREÇOS

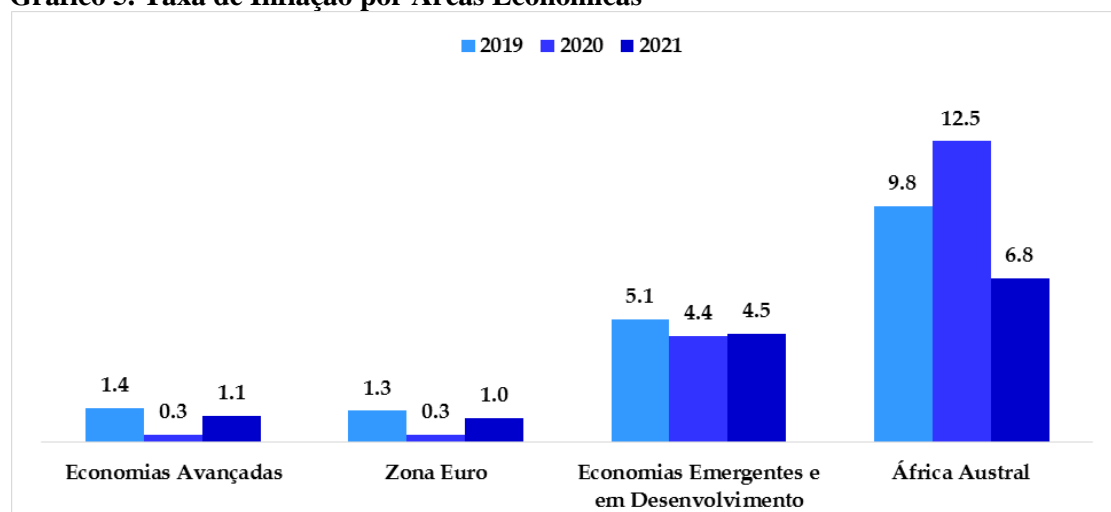
48. As projecções de inflação foram revistas em baixa para as economias avançadas de 1,4% em 2019 para 0,3 em 2020, reflectindo uma combinação de uma actividade mais fraca e de preços das matérias-primas mais baixas, embora em alguns casos parcialmente compensados pelo efeito da depreciação da taxa de câmbio sobre os preços de importação.
49. Nas **Economias Emergentes e em Desenvolvimento**, a taxa de inflação situar-se-á em torno de 4,5% em 2021, o que representa um ligeiro acréscimo de 0,1p.p. em relação a previsão para 2020.

50. Para a **África Austral**, projecta-se um aumento da inflação para 12,5% em 2020 e redução para 6,8% em 2021, devido a renovação de políticas monetárias mais rígidas e de despesas governamentais mais baixas.

51. Desde os meados de 2019, Botswana, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe reduziram as suas taxas de referência, à medida que as pressões inflacionárias diminuíram.

52. Com a COVID-19, as taxas de juros na principal economia da região - África do Sul, foram reduzidas a um mínimo histórico. O alívio das pressões inflacionárias também foi auxiliado pelo declínio dos gastos do consumidor, associado a medidas de consolidação e redução das despesas de investimento.

Gráfico 5. Taxa de Inflação por Áreas Económicas



FONTE: WEO- Junho, 2020; Souther Africa Economic Outlook – Julho, 2020

53. De um modo geral, a inflação deverá aumentar gradualmente em 2021, em linha com a projecção de recuperação da actividade. No entanto, as perspectivas para a inflação permanecem modestas, reflectindo as expectativas de uma procura agregada persistentemente fraca.

II.1.6 TENDÊNCIA DO INVESTIMENTO INTERNACIONAL

54. A crise da COVID-19 teve efeitos imediatos sobre o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e terá consequências potencialmente duradouras. Os choques do lado da oferta e da procura, combinada com as reações das medidas de políticas para o combate à crise em todo o mundo, desencadearam uma série de efeitos sobre o IDE.

55. Dos efeitos imediatos da pandemia no IDE destacam-se:

- (i) A paralisação dos investimentos com os *lockdowns*;
- (ii) O fecho de estabelecimentos comerciais, fábricas e estaleiros de obras para conter a propagação do vírus, causando atrasos na implementação de projectos; e
- (iii) A continuidade das despesas de investimento (por exemplo, os custos fixos de funcionamento dos projectos), no entanto os outros custos param totalmente.

56. Todas as regiões e agrupamentos económicos terão as taxas de crescimento de IDE negativas em 2020, conforme pode depreender-se da tabela à seguir:

Quadro 5. Fluxo de IDE e projecções, por grupo de economias e regiões, 2017-2019, e 2020 (bilhões de USD e %)

	2017	2018	2019	Projecção 2020
Mundo	1,700	1,495	1,540	920-1 080
Economias Desenvolvidas	950	761	800	480-600
Europa	570	364	429	240-300
América do Norte	304	297	297	190-240
Economias em Desenvolvimento	701	699	685	380-480
África	42	51	45	25-35
Ásia	502	499	474	260-330
América Latina e o Caribe	156	149	164	70 -100
Economias de Transição	50	35	55	30-40
<i>Memorandum</i> : Taxa de crescimento Annual(%)				
Mundo	-14	-12	3	(-40 a -30)
Economias Desenvolvidas	-25	-20	5	(-40 a -25)
Europa	-16	-36	18	(-45 a -30)
América do Norte	-40	-2	0	(-35 a -20)
Economias em Desenvolvimento	7	0	-2	(-45 a -30)
África	-10	22	-10	(-40 a -25)
Ásia	7	-1	-5	(-45 a -30)
América Latina e o Caribe	14	-5	10	(-55 a -40)
Economias de Transição	-25	-31	59	(-45 a -30)

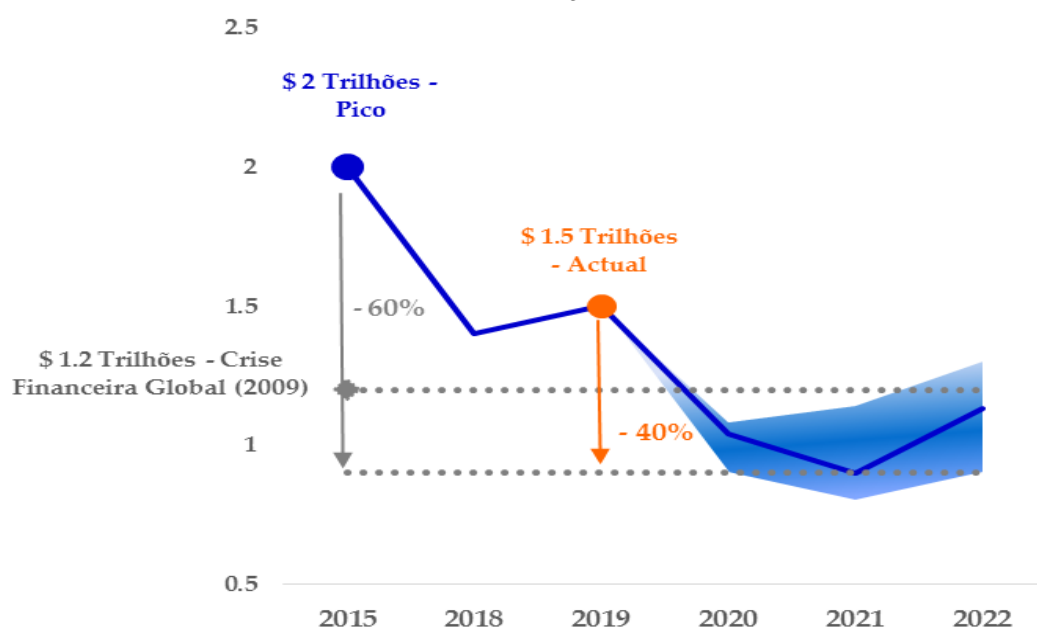
Fonte : UNCTAD – Junho, 2020

57. Para as **Economias Desenvolvidas**, espera-se um declínio de 25% a 40% do IDE, sendo que na **Zona Euro** a perspectiva é que caia em mais de 35% a 45% em relação a 2019. Devido à integração económica do investimento e do comércio na UE, os choques em países individuais propagar-se-á facilmente na região.

58. Nas **Economias em Desenvolvimento**, como um grupo, prevê-se uma redução maior na faixa de 30% a 45% em relação a 2019, mostrando-se mais vulnerável à crise.

59. Segundo o Relatório do *United Nations Conference on Trade and Development* (Junho, 2020), a previsão é que os fluxos globais de IDE diminuam até 40% em 2020, de um valor de USD 1,5 trilhão de 2019, o que deixaria o IDE abaixo de USD 1,0 trilhão pela primeira vez desde 2005. Para 2021 a projecção é que o IDE diminua em mais 5% a 10%.

Gráfico 6. Fluxos Globais de IDE, 2015–2019 e Projecções 2020–2022

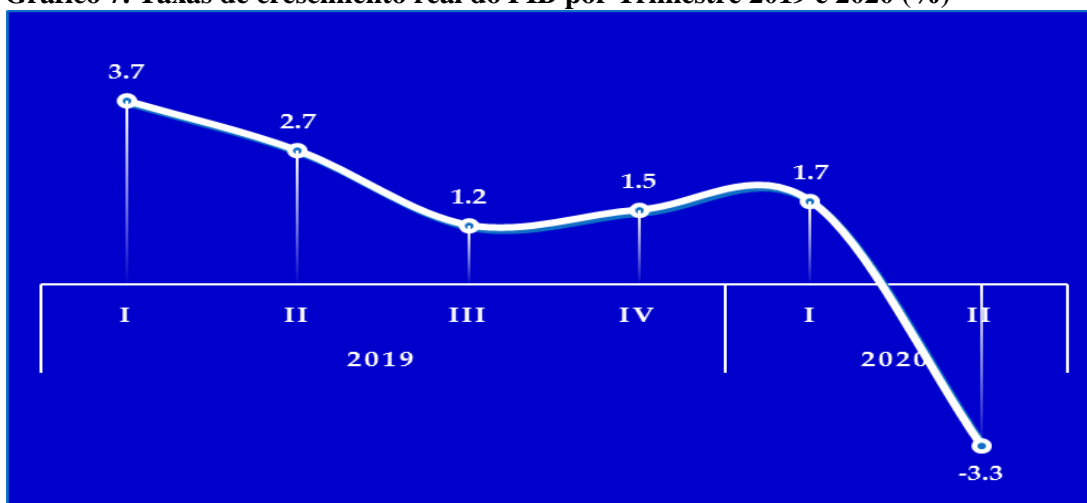


Fonte : UNCTAD – Junho, 2020

II.2 CONTEXTO NACIONAL

60. Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que no I e II trimestre a economia registou crescimentos em torno de 1,7% e -3,3%, respectivamente, o que representa um decréscimo de 2,0 e 5,6p.p. comparativamente ao igual período do ano transacto. A conjugação dos 2 trimestres, pressupõe uma média ponderada negativa do crescimento real da economia de -0,8%, no I Semestre de 2020.

Gráfico 7. Taxas de crescimento real do PIB por Trimestre 2019 e 2020 (%)



61. O crescimento real negativo, reflecte os efeitos negativos da COVID-19 na actividade económica durante o segundo trimestre, sendo os sectores mais afectados o de hotelaria e restauração (-35,8%), a indústria extractiva (-25,6%), o comércio (-5,7%), a indústria transformadora (-5,3%) e os transportes e comunicações (-4,7%).

62. Este desempenho conjugado com a fraca procura à nível global, devido a continuidade da propagação da COVID-19 e à instabilidade verificada em algumas zonas de Cabo Delgado e na região centro do país, levaram à uma revisão em baixa das perspectivas de crescimento económico inicialmente previstas para 2020, passando dos 2,2% previstos na Lei Orçamental, para 0,8%, o que significa uma redução de 1,4p.p. face a projecção inicial.

Quadro 6. Taxa de Crescimento do PIB por Ramo de Actividade para 2021 (%)

Ramo de Actividade	2019	2020	2020	2021
	REAL	INICIAL	PROJ.	
1. Agricultura, Produção Animal, Caça e Florestas	1.1	1.8	3.0	4.0
2. Pesca	2.3	1.0	1.0	1.5
3. Indústrias Extractivas	-3.7	1.5	-5.2	1.5
4. Indústria Transformadora	1.4	1.0	0.7	1.6
5. Eletricidade e Gás	-1.1	1.5	2.5	3.7
6. Construção	2.2	3.0	2.3	3.0
7. Comércio a Grosso e a Retalho	0.0	0.5	0.5	1.6
8. Alojamento, restaurantes e similares	1.0	0.0	-9.6	1.0
9. Transportes, Armazenagem e Informação e Comunicaçã	4.2	2.0	0.5	2.5
10. Actividades Financeiras e Seguros	4.0	2.0	0.8	1.3
11. Alug. Imo. Serv. Prest Emp.	4.5	3.5	3.0	3.2
12. Administração pública, Defesa e Segurança Social	4.1	2.0	-1.0	1.3
13. Educação	0.9	0.8	-1.0	1.2
14. Saúde e acção social	4.1	2.0	4.5	5.0
Taxa de Crescimento do PIB	2.3	2.2	0.8	2.1

63. As previsões macroeconómicas para 2021 assinalam uma retoma gradual do crescimento do Produto Interno Bruto, a uma taxa de 2,1% em termos reais. Porém, ainda se vive num ambiente de grandes incertezas devido à propagação da COVID-19.

64. As perspectivas de crescimento sectorial mostram uma ligeira recuperação na maioria dos sectores, face ao ano anterior. Detalhadamente, é feita a análise de crescimento da produção sectorial, que sustenta o crescimento estimado do PIB, destacando-se:

- **Agricultura:** prevê-se uma recuperação do crescimento em 2021, a uma taxa de **4%**, que será suportada pelos seguintes factores: (i) prognóstico da estação chuvosa e boa satisfação hídrica das culturas; (ii) insumos agrícolas e factores de produção de qualidade; (iii) assistência técnica aos produtores e transferência de tecnologia de baixo custo; (iv) uso integral dos sistemas de irrigação e aproveitamento das baixas para produção de culturas de ciclo curto.

Com o Programa SUSTENTA espera-se gerar um valor total da produção de cerca de USD 250 Milhões, com os seguintes impactos:

- a. Na **renda média familiar**, com um incremento de 36.600MT para 73.500mt por ano;
 - b. No **Emprego**, um incremento de 15.230 (2020) para 21.514 (2021) agricultores integrados.
- **Pesca:** Espera-se uma produção total de 483 mil toneladas de pescado diverso, representando um crescimento de 1,5% comparativamente a previsão de 2020, onde: (i) Pesca Industrial e Semi-Industrial: 36 mil toneladas; (ii) Pesca Artesanal com 441 mil toneladas; e (iii) Aquacultura com 5 mil toneladas.
 - **Indústria Transformadora:** como resultado da propagação da COVID-19, o abastecimento da matéria-prima poderá reduzir significativamente. Contudo, tendo em conta de medidas decretadas pelo governo, para fazer face aos efeitos da pandemia, aliadas à entrada em funcionamento de alguns projectos que foram cancelados/adiados no presente ano, bem como ao dinamismo em alguns sectores de actividade, estima-se um ligeiro aumento da produção para o ano 2021 de **1,6%**.
 - **Indústria Extractiva:** Este sector prevê um crescimento positivo anual de **1,5%** comparativamente as previsões de 2020 apesar de estar a ser implementado num contexto da COVID -19 que vai afectar a produção dos minerais. No entanto, mercê à adaptação das medidas de mitigação dos impactos negativos adoptadas pelas empresas, a produção dos minerais com grande peso na estrutura global (ouro, zircão, ilmenite, carvão coque e térmico, rubi e gás natural) deverá crescer. No entanto, o funcionamento das mineradoras de carvão mineral em 2021 continuará condicionado devido aos afeitos da COVID-19.

- **Electricidade, Gás e Água:** a produção global de energia eléctrica em 2021 vai registar um crescimento de **3,7%** em relação as previsões de 2020, devido à maior procura deste recurso nos países importadores, com destaque para a África do Sul e Zimbabwe que registam défice de energia para satisfação das suas necessidades.
- **Construção:** este sector terá um crescimento de **3%** em 2021, que resultará dos investimentos a serem realizados na construção e reabilitação das infra-estruturas públicas e privadas.
- **Hotéis e Restaurantes:** este sector, tem mostrado um comportamento desfavorável (1º semestre de 2020), com a redução do volume de negócios que registou uma queda drástica devido à pandemia da COVID-19. Contudo, para 2021 perspectiva-se uma recuperação ligeira em **1%**, influenciada pela normalização gradual da actividade do sector.
- **Transportes e comunicações:** o crescimento deste sector de **2,5%** é fundamentado pelo incremento de fluxo de mercadorias em trânsito. Com a construção de novos Portos, barragens, os Serviços Auxiliares ao Transporte como o Manuseamento Portuário, Serviços de Dragagem, Aeroportuários e Balizagem Marítima no seu todo vão registar um crescimento significativo, contribuindo para o crescimento do sector.
- **Saúde e Ação social:** as estimativas deste sector apontam para um bom desempenho em 2021 em cerca de **5%**, a ser influenciado pelo aumento na cobertura de Partos Institucionais em 2021, assim como pelo incremento do número de beneficiários dos programas de protecção social.

65.O Quadro à seguir, mostra a tendência dos principais indicadores macroeconómicos nacionais que servem de base para a elaboração da presente Proposta do Orçamento do Estado para 2021:

Quadro 7. Pressupostos Macroeconómicos

	2019	2020	2020	2021
	REAL	INICIAL	PROJ.	
PIB nominal (Milhões MT)	956,786.0	1,018,955.0	892,958.0	1,133,867.0
Taxa de Crescimento real (%)	2.3	2.2	0.8	2.1
Taxa de Inflação média anual (%)	2.8	6.6	4.0	5.0
Taxa de câmbio média anual (MZM/USD)*	62.6	66.6	69.0	69.0
RIL (Meses de Cobertura de Importação)	7.0	5.8	6.4	6.8
Exportações (Milhões de USD)	4,717.5	4,409.7	3,676.6	3,768.8
Importações (Milhões de USD)	6,798.7	7,166.4	5,895.7	6,919.5
Saldo da Conta Corrente	-3,024.5	-3,763.7	-3,029.0	-4,380.7
Saldo da Conta Corrente (% do PIB)	-20.2%	-24.6%	-23.4%	-26.7%
Investimento Directo Estrangeiro (Milhões de	2,211.7	2,264.0	1,468.7	1,909.3
Saldo Primário	3.6%	1.4%	-4.4%	1.0%

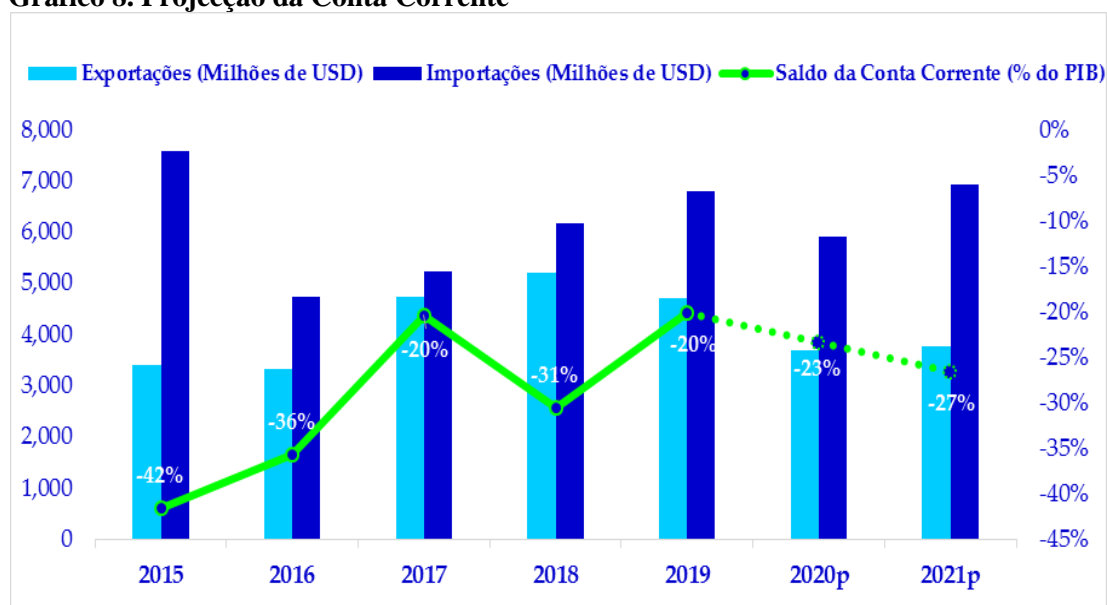
**Taxa de câmbio usada para a elaboração da presente proposta*

66. Para 2021, a perspectiva é que a taxa de inflação se mantenha em 1 dígito, situando-se em cerca de 5,0% e a aceleração de 1p.p. reflecte essencialmente: (i) o impacto da depreciação do Metical; (ii) a revisão em alta do preço do petróleo no mercado internacional; e (iii) a inflação observada em Julho de 2020, que se situou ligeiramente acima da anteriormente prevista.

67.A nível do mercado cambial, as intervenções da autoridade monetária, tomarão em conta a necessidade de assegurar um nível de reservas internacionais brutas adequado para cobrir pelo menos 6 meses de importações de bens e serviços não factoriais, bem como de limitar a volatilidade excessiva da taxa de câmbio em relação às principais moedas com as quais o país transaciona.

68. Relativamente à Balança de Pagamentos, para 2021 prevê-se um agravamento do défice da conta parcial de bens para USD 3.150,6 milhões, que reflecte o aumento das importações em USD 1.023,7 milhões para USD 6.919,5 milhões, explicado, essencialmente pelo efeito combinado do incremento das importações dos grandes projectos e da economia em geral, tendo em consideração a retoma prevista da actividade económica, após o impacto negativo da COVID-19 sobre o PIB em 2020.

Gráfico 8. Projecção da Conta Corrente



69. Por seu turno, prevê-se um crescimento das exportações totais em apenas USD 92,2 milhões para USD 3.768,8 milhões, a reflectir a recuperação gradual da procura externa.

70. No que tange ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a projecção para 2021 aponta para um influxo líquido no montante de USD 1.909,3 milhões, o que corresponde a um crescimento de USD 440,6 milhões em relação à projecção para 2020. Contudo, o crescimento do IDE continua limitado, a reflectir de entre outros factores, os receios quanto à tomada da decisão final de investimento para a área de exploração de gás na Bacia do Rovuma.

II.3 PREVISÃO DO ENVELOPE DE RECURSOS PARA 2021-2023

71. Do ponto de vista de planificação, as projecções do Cenário Fiscal de Médio Prazo permitem planificar as despesas no mesmo período garantindo a coerência das políticas públicas, a promoção do crescimento económico inclusivo, a melhoria dos serviços básicos à população e a consolidação das contas fiscais.

72. Para o efeito, no âmbito da gestão macroeconómica, destacam-se como objectivos da política fiscal à médio prazo, os seguintes:

- Recuperação gradual do crescimento económico;
- Contenção da taxa de inflação abaixo de dois dígitos;
- Redução da volatilidade da taxa de Câmbio;
- Melhoria das fontes de arrecadação das receitas internas;
- Racionalização das Despesas Públicas, com maior destaque para as despesas de funcionamento; e
- Redução dos rácios da Dívida Pública.

73. Face ao contexto de elevada incerteza que caracteriza o presente momento, as projecções para os anos subsequentes poderão sofrer alterações significativas.

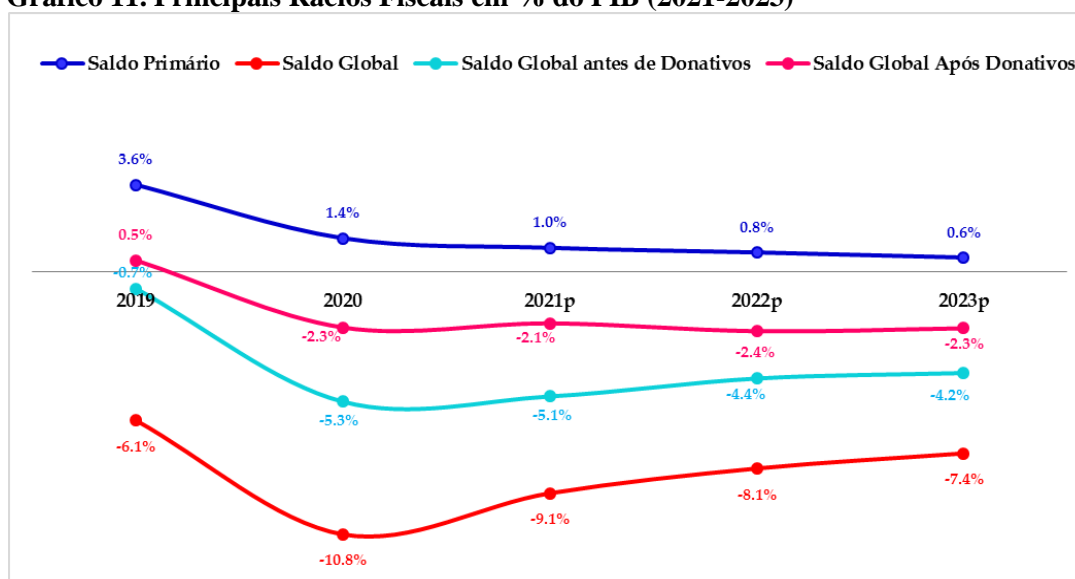
74. Assim, com base nos dados actuais, prevê-se, à médio prazo, que os Recursos Totais decresçam em 1,5p.p. do PIB de 2021 a 2023, reflexo do impacto da desaceleração da economia, influenciada em grande medida pela COVID-19.

75. Conforme se pode depreender do gráfico 9, a maior contribuição dos Recursos Totais será proveniente das Receitas do Estado, esperando-se um crescimento médio anual de 0,1p.p. do PIB, que será impulsionado pela

77. No mesmo ritmo dos recursos, à médio prazo, espera-se uma redução das despesas na mesma proporção (1,5p.p. do PIB), reflectindo o processo de consolidação fiscal em curso.

78. No horizonte da projecção, estima-se que o Saldo Global em % do PIB saia de 9,1% em 2021 para 7,4% em 2023, o que representa uma redução de 1,6p.p., resultado da redução potencial das despesas.

Gráfico 11. Principais Rácios Fiscais em % do PIB (2021-2023)



79. O saldo primário, que exclui o efeito do pagamento dos juros, continuará a apresentar-se positivos, prevendo-se que atinja os 0,6% do PIB em 2023, o que representa uma melhoria face a estimativa de 0,3% do PIB para 2021.

III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2020

80. De acordo com o Relatório de Execução Orçamental referente ao primeiro semestre do ano em curso, durante o período foram mobilizados de recursos para o Estado cerca de 174.492,3 milhões de MT, o que em termos de realização representa um incremento de 9,1 p.p. e nominalmente um aumento de 23,8% em relação ao período homólogo de 2019.

81. Do montante total de recursos, 139.660,5 milhões de MT são Recursos Internos e 34.831,8 milhões de MT Externos, correspondente a 50,2% e 52,0% de realização em relação à previsão inicial, o que significa um acréscimo de 5,0 e 24,9 pontos percentuais comparativamente com o igual período do ano transacto.

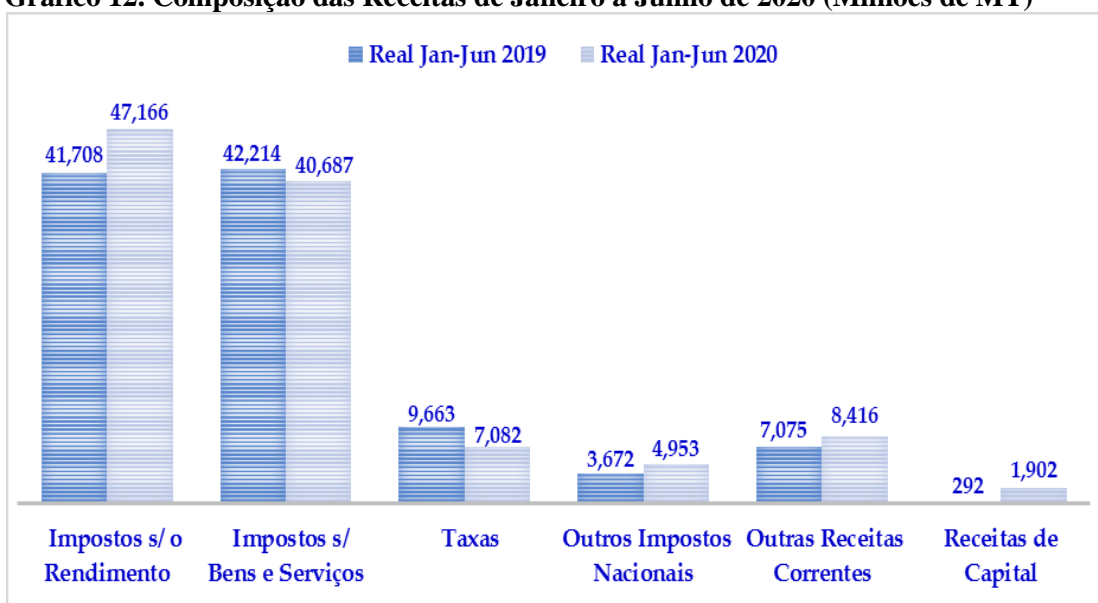
82. O incremento dos recursos externos resulta essencialmente da sensibilização dos parceiros de cooperação em prestar apoio às acções de combate, prevenção e mitigação dos efeitos socioeconómicos da pandemia da COVID-19.

Quadro 8. Execução de Janeiro à Junho de 2020

	2019			2020		
	Lei	Real Jan-Jun	% Realiz	Lei	Real Jan-Jun	% Realiz
Recursos Internos	268,949.3	121,546.1	45.2%	278,374.7	139,660.5	50.2%
Receitas do Estado	244,227.2	104,607.2	42.8%	235,590.3	110,206.4	46.8%
Saldo de Mais - Valias	5,274.8	5,274.8	100.0%	14,274.4	14,274.4	100.0%
Credito Interno	19,447.30	11,664.1	60.0%	28,510.0	15,179.8	53.2%
Recursos Externos	71,465.4	19,351.3	27.1%	67,007.1	34,831.8	52.0%
Donativos Externos	27,740.5	4,848.3	17.5%	31,033.7	4,186.2	13.5%
Creditos Externos	43,724.9	14,503.0	33.2%	35,973.4	30,645.6	85.2%
TOTAL DE RECURSOS	340,414.7	140,897.3	41.4%	345,381.8	174,492.3	50.5%
Desp. de Funcionamento	196,592.6	94,344.0	48.0%	228,348.7	102,780.3	45.0%
Desp. de Investimento	102,320.0	23,327.5	22.8%	70,991.7	16,341.5	23.0%
Componente Interna	40,017.9	13,395.4	33.5%	29,585.0	9,992.9	33.8%
Componente Externa	62,302.1	9,932.1	15.9%	41,406.7	6,348.5	15.3%
Operações Financeiras	41,502.0	15,596.4	37.6%	46,041.4	22,751.5	49.4%
Activas	9,489.7	2,179.4	23.0%	4,810.4	4,421.7	91.9%
Passivas	32,012.3	13,417.0	41.9%	41,231.0	18,329.7	44.5%
TOTAL DA DESPESA	340,414.6	133,267.9	39.1%	345,381.8	141,873.2	41.1%
Varição de Saldos		7,629.8			32,619.1	

83. Em relação à colecta de receitas para o Estado, apesar da perspectiva em baixa do nível de arrecadação, devido a eclosão e propagação da COVID-19, durante o I Semestre de 2020, esta atingiu o montante de 110.206,4 milhões de MT, equivalente a 46,8% da previsão inicial, o que representa um incremento de 4,0 p.p. e de 5,4% em termos nominais face ao mesmo período do ano de 2019, que deriva do bom desempenho dos Impostos sobre o Rendimento e sobre Bens e Serviços.

Gráfico 12. Composição das Receitas de Janeiro a Junho de 2020 (Milhões de MT)



84. A componente dos Impostos sobre o rendimento atingiu o montante de 47.166,3 milhões de MT, correspondente a 48,8% de realização da lei inicial e um crescimento nominal de 13,1%, resultado do desempenho positivo do Sector Empresarial do Estado e da contratação da mão-de-obra para os projectos de investimento na área do Gás do Rovuma.

85. Os Impostos sobre Bens e Serviços, registaram o montante de 40.686,9 milhões de MT, o que representa um decréscimo nominal de 3,6% face a arrecadação do igual período de 2019, resultante da redução do fluxo aduaneiro aliado às restrições nas exportações à nível mundial devido a pandemia.

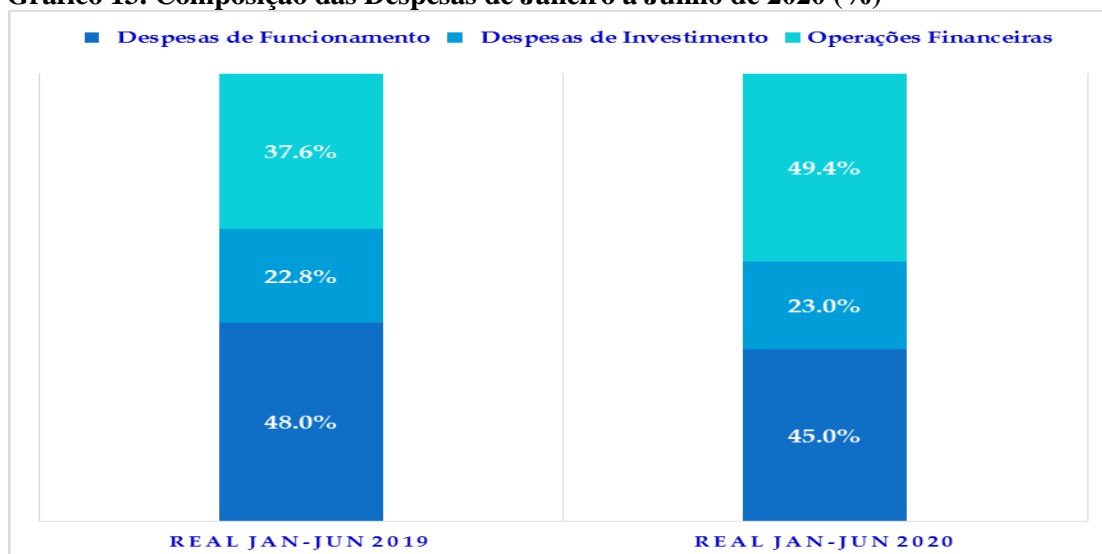
86.As Outras Receitas Correntes, constituídas pelas Contribuições Sociais, Receitas Patrimoniais, Exploração de Bens de Domínio Público, Vendas de Bens e Serviços e Outras, arrecadaram, durante o I Semestre de 2020, o montante de 8.416,5 milhões de MT, equivalente a 102,3% da previsão anual, o que significa um acréscimo de 11,0 pontos percentuais face ao período homólogo de 2019.

87.A rubrica das taxas, constituída pelas Taxas Nacionais, tiveram um nível de execução de 27,9% em 2020 contra os 39,7% do ano 2019, no período em análise, representando um decréscimo de 26,7% em termos nominais.

88.Relativamente aos Outros Impostos Nacionais e às Receitas de Capital, alcançaram os montantes de 4.952,8 milhões de MT e de 1.902,3 milhões de MT, equivalente a 59,0% e 19,1% de realização em relação ao estipulado na Lei, respectivamente.

89.A Despesa do Estado durante o período em análise atingiu o montante de 141.873,2 milhões de MT, o que corresponde a 41,1% do orçamento anual, representando um acréscimo de 2,0 pontos percentuais, comparativamente com o mesmo período de 2019.

Gráfico 13. Composição das Despesas de Janeiro a Junho de 2020 (%)



90. Do agregado das Despesas, registaram maiores níveis de realização as Despesas com Operações Financeiras e as de Funcionamento com 49,4% e 45,0%, que representa um incremento de 11,8p.p. e uma redução de 3,0p.p., respectivamente, face ao mesmo período de 2019.
91. As Despesas de Funcionamento alcançaram uma realização de 102.780,3 milhões de MT, o que corresponde a um crescimento de 8,9% em termos nominais, pelo incremento nas despesas com pessoal, Bens e Serviços e Transferências Correntes, que registaram incrementos em termos nominais na ordem de 10,7%, 17,4% e 12,2%, respectivamente.
92. As Despesas de Investimento atingiram o montante de 16.341,5 milhões de MT, equivalente a um decréscimo de 29,9% em termos nominais, relativamente ao período homólogo de 2019, justificada pela aprovação tardia do Orçamento do Estado que condicionou a execução dos Projectos de Investimento.
93. Relativamente às Operações Financeiras do Estado, durante o primeiro semestre do corrente ano, estas absorveram cerca de 22.751,5 milhões de MT, que corresponde a um incremento de 45,9% face à igual período do ano transacto, explicada essencialmente pelo incremento significativo das Operações Activas na ordem de 102,9%.

IV. POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2021

IV.1 LINHAS GERAIS E OBJECTIVOS DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

94.O presente orçamento visa a materialização da política financeira do Governo em conformidade com os objectivos do Plano Económico e Social (PES) 2020, baseado no Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024.

95.O Cenário Fiscal de Médio Prazo (2021-2023), constituiu um instrumento fundamental para afectação criteriosa e racional dos recursos às instituições públicas, bem como aos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial.

96.A presente proposta leva igualmente em consideração as perspectivas macroeconómicas internacionais que apontam, à médio prazo, para uma recuperação da economia mundial dos efeitos da crise criada pela pandemia da COVID-19.

97.À nível nacional, espera-se igualmente a retoma da actividade económica em 2021, no entanto, a insegurança em algumas zonas de Cabo Delgado e na região centro do país, podem contribuir para o seu refreamento.

98.Para reduzir as vulnerabilidades aos choques cíclicos prevê-se a adopção de medidas conjunturais de política fiscal, monetária e cambial, que visam a criação de um quadro macroeconómico mais robusto, com vista a fortalecer os níveis de confiança dos agentes económicos, bem como atrair o Investimento Directo Estrangeiro.

99.Num ambiente de elevada incerteza e limitação de recursos, dada a fraca demanda à nível nacional e internacional, como consequência dos efeitos da COVID-19, a priorização de recursos irá concentrar-se na materialização das acções previstas no PQG (2020-2024), sem descurar as

acções de prevenção, combate e mitigação dos efeitos socioeconómicos da pandemia, como estímulo para restabelecer a actividade económica.

100. A política orçamental para 2021 irá centrar-se por um lado, no prosseguimento das acções na área tributária com vista a incrementar e diversificar os níveis de captação de receitas, e, por outro lado, na racionalização dos gastos públicos dada a limitação de recursos.

101. Para a optimização das despesas, o orçamento irá privilegiar a revisão de processos de modo a adequá-los a nova realidade da pandemia da COVID-19. Neste contexto, prevê-se a redução de despesas com deslocações, capitalizando-se o uso de tecnologias de informação e comunicação e automatização de alguns processos internos.

102. Apesar da elevada necessidade de financiamento dos gastos públicos, perspectiva-se a limitação do uso do financiamento externo não concessional, por forma a salvaguardar a sustentabilidade dos rácios da dívida pública.

103. Orientada para o Desenvolvimento do Capital Humano, o presente orçamento irá privilegiar afetação de recursos para as áreas da Saúde, Educação, Agricultura e Infraestruturas, assegurando o cumprimento dos compromissos que o país assumiu.

104. No âmbito da responsabilidade do Governo na área social, está previsto o aumento progressivo das despesas com programas de protecção social para famílias mais pobres e vulneráveis (Idosos, Mulheres Chefes de Agregados Familiares e Crianças).

105. Ainda na mesma vertente, irá privilegiar-se a realização de programas de formação técnico-profissional e de assistência na procura de emprego para

a população, sobretudo jovens, melhorando desta forma as suas qualificações e criando maiores e melhores oportunidades.

106. Em síntese é importante notar que a COVID-19 está a colocar novos desafios na execução do programa quinquenal do governo PQG 2020-2024, por isso os instrumentos de planificação e orçamentação estão estruturados para:

- **Estimular** o crescimento económico, em parceria com o sector privado no âmbito da estratégia de industrialização baseada na agricultura, reorientando as prioridades do investimento público;
- **Modernizar e inovar** os processos de produção no âmbito da economia digital, a arrecadação da Receita, a prestação de serviços públicos, a administração pública e no sector empresarial do Estado;
- **Reforçar** a boa governação, transparência e combate a corrupção, descentralização, protecção e segurança pública, no contexto de consolidação fiscal e orçamental em curso.

- *Medidas da Política Tributária*

107. Para a materialização dos objectivos traçados no âmbito da arrecadação de receitas para 2021, estão previstas as seguintes medidas:

- Alargar a base tributária para a melhoria da eficiência e eficácia na cobrança de receitas;
- Aprimorar a arrecadação das receitas internas, através da: (i) melhoria do controlo do trânsito aduaneiro através da implementação do projecto e rastreamento e controlo da mercadoria

em trânsito no território nacional; (ii) consolidação da modernização dos sistemas de cobrança de receitas e manutenção do centro de dados; (iii) aprimoramento da Janela Única Electrónica (JUE), E-tributação e Máquinas Fiscais; e (iv) reforma legislativa para acomodar os desafios da era digital; e

- Reforçar a administração fiscal e o controlo do combate à fuga ao fisco.

- *Medidas na Despesa Pública*

108. As medidas no âmbito da despesa pública para 2021, para além das medidas de contenção que já vem sendo implementadas, concentrar-se-ão na implementação de medidas estruturais, as quais destacam-se as seguintes:

- Racionalizar a Pirâmide Salarial da Função Pública, através da avaliação dos actuais qualificadores remuneratórios para a administração pública;
- Actualizar e implementar a nova Lei do SISTAFE;
- Prosseguir com a modernização e reformas da administração pública; e
- Reorientar os recursos para os sectores da Educação, Saúde e Acção Social, Agricultura, Infraestruturas, e as Forças de Defesa e Segurança.

IV.2 PRIORIDADES NA AFECTAÇÃO DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA

109. A realização da Despesa Pública para 2021, tem como principais eixos, os seguintes:

- Prosseguir com a melhoria das condições de higiene e saneamento do meio das instituições públicas e em locais de grande concentração pública com vista a garantir um ambiente seguro e saudável para a população no contexto da COVID 19;
- Aumento dos efectivos para os sectores da Saúde e Educação, no âmbito das acções de prevenção e combate da COVID-19;
- Aumentar o investimento e melhorar a logística nas Forças de Defesa e Segurança de modo a adequa-las as exigências presentes e do futuro;
- Aumentar a produção agrícola, através de investimentos para a transformação e modernização do processo da produção agrícola, em toda sua cadeia de valor, visando a aceleração do crescimento do sector agrário;
- Continuar o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais básicas (unidades sanitárias, escolas, estradas, pontes, energia, sistemas de abastecimento de água, tribunais e outras) para garantir o aumento da produção e produtividade, expandir o acesso aos serviços essenciais a população e promover a justiça;
- Garantir subsídios ao Sector Empresarial do Estado para colmatar os défices de exploração; e
- Expandir os programas de protecção social, por forma a abranger um maior número de beneficiários e, por esta via, minorar o sofrimento da população mais carenciada.

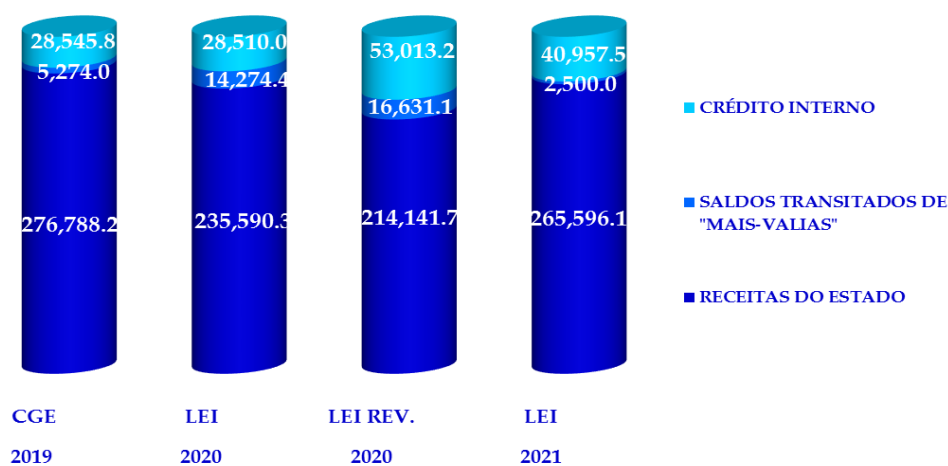
V. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021

V.1 RECURSOS DO ESTADO

V.1.1 RECURSOS INTERNOS

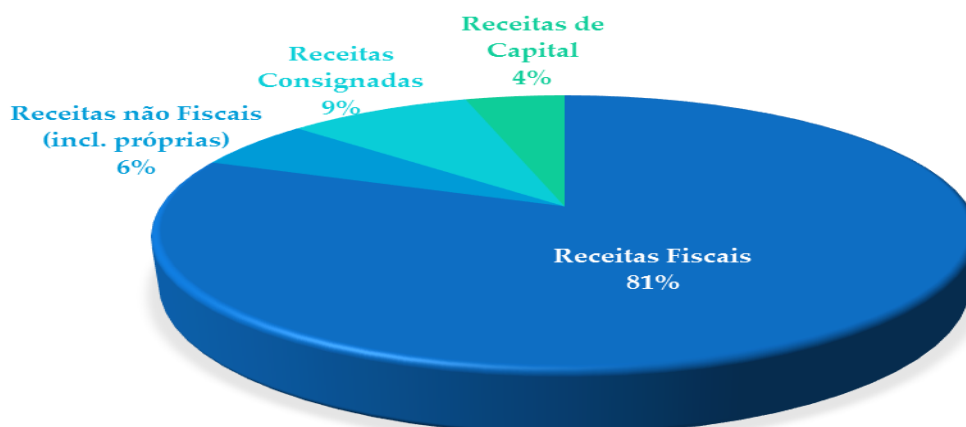
110. Em termos de Recursos Internos para o ano de 2021, estima-se cerca de 309.053,6 milhões de MT, o que corresponde a 27,3% do PIB, o que representa uma redução 4,5 p.p. em termos percentuais do PIB quando comparada a Lei Revista de 2020.

Gráfico 14. Composição dos Recursos Internos (Milhões de MT)



111. Deste agregado, prevê-se que as Receitas do Estado atinjam cerca de 265.596,1 milhões de MT e o Crédito Interno 40.957,5 milhões de MT, o que representa cerca de 23,4% e 3,6% do PIB, respectivamente.

Gráfico 15. Composição das Receitas do Estado (% do Total)



112. Conforme ilustra o gráfico 15, a maior proporção das receitas arrecadadas será proveniente das Receitas Fiscais que correspondem a 81% do Total das Receitas, o que representa 214.551,1 milhões de MT e 18,9% do PIB, registrando um decréscimo de 0,5p.p. face a Lei de 2020.
113. Das Receitas Fiscais configuram-se as Receitas sobre o Rendimento que se estima arrecadar cerca de 104.866,1 milhões de MT, que correspondem a 9,2% do PIB, que representa um decréscimo em 0,3p.p., e as Receitas sobre Bens e Serviços que se antevê colectar cerca de 100.824,1 milhões de MT, equivalente a 8,9% do PIB, que significa um decréscimo de 0,1p.p. quando comparadas à previsão para 2020.
114. As Receitas não Fiscais (incluindo as Próprias) e as Receitas Consignadas correspondem a 6% e 9% da previsão total de arrecadação das receitas, o que equivale a 15.026,2 milhões de MT e 23.197,2 milhões de MT, respectivamente.
115. Relativamente às Receitas de Capital, prevê-se o montante de 12.821,5 milhões de MT, equivalente a 1,1 % do PIB, que significa uma manutenção em termos percentuais do PIB em relação a previsão de 2020.

Quadro 9. Previsão dos Recursos Internos (Milhões de MT e % do PIB)

	2019	2020	2020	2021	2019	2020	2020	2021
	CGE	LEI	LEI REV.	LEI	CGE	LEI	LEI REV.	LEI
	<i>Em Milhões de MT</i>				<i>Em % do PIB</i>			
Total de Recurso Interno	310,608.0	278,374.7	283,786.0	309,053.6	32.5%	27.3%	31.8%	27.3%
Receitas do Estado	276,788.2	235,590.3	214,141.7	265,596.1	28.9%	23.1%	24.0%	23.4%
Receitas Correntes	269,199.3	225,146.8	204,111.8	252,774.5	28.1%	22.1%	22.9%	22.3%
Receitas Fiscais	239,292.0	193,500.0	173,238.7	214,551.1	25.0%	19.0%	19.4%	18.9%
Impostos sobre rendimentos	144,233.8	96,801.4	84,907.6	104,866.1	15.1%	9.5%	9.5%	9.2%
IRPS	37,320.5	33,205.0	35,824.0	41,497.9	3.9%	3.3%	4.0%	3.7%
IRPC	106,542.1	62,910.5	48,661.5	62,497.9	11.1%	6.2%	5.4%	5.5%
Imposto especial sobre o Jogo	371.2	685.9	422.1	870.4	0.0%	0.1%	0.0%	0.1%
Receitas sobre Bens e Serviços	88,385.0	87,012.1	80,673.2	100,824.1	9.2%	8.5%	9.0%	8.9%
Imposto sobre Valor Acrescentado	64,117.4	56,786.2	56,786.2	68,884.1	6.7%	5.6%	6.4%	6.1%
ICE-Produtos Nacionais	4,402.6	7,280.3	4,936.6	5,683.0	0.5%	0.7%	0.6%	0.5%
ICE-Produtos Importados	4,487.4	7,327.3	5,576.4	5,980.1	0.5%	0.7%	0.6%	0.5%
Imposto sobre Comércio Externo	15,377.6	15,618.3	13,374.0	20,276.8	1.6%	1.5%	1.5%	1.8%
Outros Impostos Fiscais	6,673.2	9,686.5	7,657.9	8,860.8	0.7%	1.0%	0.9%	0.8%
Receitas não Fiscais (<i>incl. próprias</i>)	10,296.2	14,478.3	13,717.2	15,026.2	1.1%	1.4%	1.5%	1.3%
Receitas Consignadas	19,611.1	17,168.5	17,155.9	23,197.2	2.0%	1.7%	1.9%	2.0%
Receitas de Capital	7,588.9	10,443.5	10,029.9	12,821.6	0.8%	1.0%	1.1%	1.1%
Saldo Transitado de Mais-valias	5,274.0	14,274.4	16,631.1	2,500.0	0.6%	1.4%	1.9%	0.2%
Crédito Interno	28,545.8	28,510.0	53,013.2	40,957.5	3.0%	2.8%	5.9%	3.6%

V.1.2 RECURSOS EXTERNOS

116. Os Recursos Externos para o ano de 2021, situar-se-ão em cerca de 59.541,5 milhões de MT, equivalente a 5,3% do PIB, que retrata um decréscimo em 4,8p.p., quando comparado ao orçado para 2020, resultante da redução do Apoio Geral ao Orçamento (AGO).

Quadro 10. Recursos Externos (Milhões de MT e % do PIB)

	2019	2020	2020	2021	2019	2020	2020	2021
	CGE	LEI	LEI REV.	LEI	CGE	LEI	LEI REV.	LEI
	<i>Em Milhões de MT</i>				<i>Em % do PIB</i>			
Recursos Externos	47,997.3	67,007.1	90,310.6	59,541.5	5.0%	6.6%	10.1%	5.3%
Contravalores não Consignados*	-	21,038.3	34,711.0	3,433.8	-	2.1%	3.9%	0.3%
Donativos	-	11,048.3	13,390.0	3,433.8	-	1.1%	1.5%	0.3%
Créditos	-	9,990.0	21,321.0	0.0	-	1.0%	2.4%	0.0%
Donativos	11,105.9	19,985.4	25,882.9	30,572.1	1.2%	2.0%	2.9%	2.7%
Para Projectos	4,989.2	14,478.9	18,548.2	23,662.9	0.5%	1.4%	2.1%	2.1%
Fundo Comum	6,116.7	5,506.5	7,334.7	6,909.3	0.6%	0.5%	0.8%	0.6%
Créditos	36,891.4	25,983.4	29,716.7	25,535.5	3.9%	2.6%	3.3%	2.3%

* Apoio Geral ao Orçamento

117. Os Donativos, estão estimados em 30.572,1 milhões de MT, que correspondem 2,7% do PIB e 0,2p.p. face a Lei Orçamental de 2020. Ainda para os Donativos estão previstos cerca de 3,433.8 milhões de MT na modalidade de AGO.

118. Assim, o montante total de Donativos em USD corresponde a 492,8 milhões e uma redução de 13,4% em termos nominais quando comparado a Lei Revista de 2020.

Quadro 11. Donativos (Milhões de USD)

DONATIVOS	CGE 2019	LEI 2020	LEI REV. 2020	PROP. 2021
1. Donativos para Programas (AGO)	-	165.9	194.1	49.8
2. Donativos para Projectos	81.1	156.6	231.2	277.9
3. Donativos em Espécie	24.5	60.8	37.6	65.0
4. Donativos para Programas Especiais	72.4	82.7	106.3	100.1
FCESTRADA	-	-	-	0.0
FCFASE	46.4	63.0	67.2	67.4
FCPROAGRI	-	2.1	2.8	-
FCPROSAU	17.9	14.5	26.9	13.2
FCSISTAFE	1.9	-	1.1	-
FCATA	2.3	2.7	2.8	1.9
FCAT	-	0.5	0.4	-
FCPRONASA	3.8	-	5.0	17.6
FCINE	-	-	0.0	-
TOTAL	177.9	466.0	569.2	492.8

119. Do quadro 11, verifica-se uma maior contribuição dos Parceiros para os Donativos para projectos de investimento e para os Programas Especiais (Fundos Comuns) em 56,4% e 20,3%, respectivamente.

120. Para os Créditos prevê-se um montante de 25.535,5 milhões de MT, o equivalente a 2,3% do PIB e um redução de 3,5p.p., face ao previsto na Lei Revista de 2020. Em Dólares Americanos a previsão dos créditos corresponde a USD 370,1 milhões.

Quadro 12. Créditos (Milhões de USD)

CRÉDITOS	CGE 2019	LEI 2020	LEI REV. 2020	PROP. 2021
CRÉDITOS PARA PROGRAMAS	-	150.0	309.0	-
Multilateral	-	150.0	309.0	-
Bilateral	-	-	-	-
CRÉDITOS PARA PROJECTOS	378.3	321.6	285.8	325.7
Multilateral	272.7	168.3	247.3	166.3
Bilateral	105.6	153.3	38.5	159.4
ACORDOS DE RETROCESSÃO	212.9	68.5	144.9	44.3
Multilateral	51.5	68.2	123.9	41.4
Bilateral	161.5	0.3	21.0	2.9
TOTAL	591.2	540.1	739.7	370.1

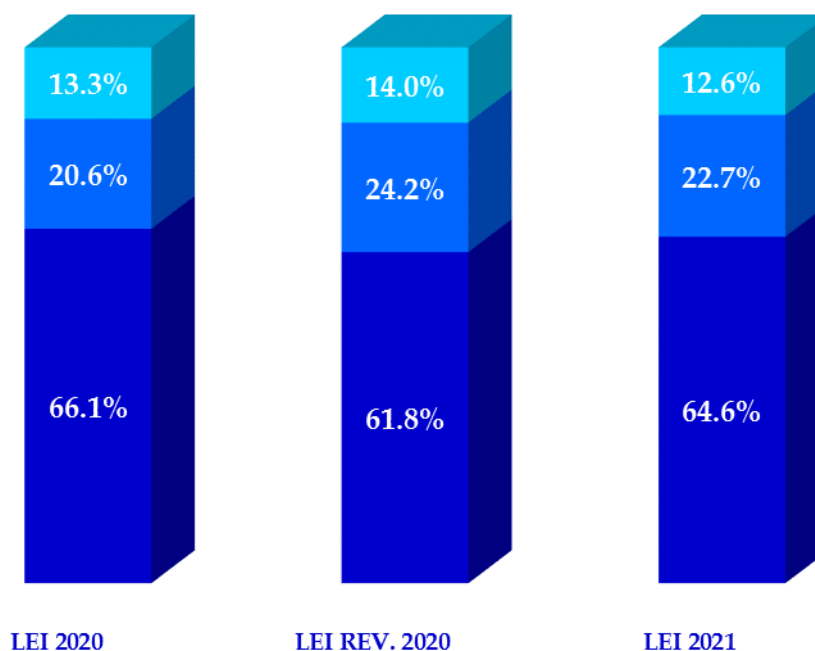
V.2 DESPESAS DO ESTADO

121. As Despesas do Estado irão passar de 374.096,6 milhões de MT previstos na Lei Orçamental Revista de 2020 para 368.595,1 milhões de MT em 2021, o equivalente a 32,5% do PIB e uma redução de 9,4p.p..

122. Do montante previsto para as Despesas do Estado, 238.290,5 milhões de MT correspondem às Despesas de Funcionamento, 83.782,0 milhões de MT às Despesas de Investimento e 46.522,5 milhões de MT às Operações Financeiras do Estado.

Gráfico 16. Composição das Despesas (%)

■ Despesas de Funcionamento ■ Despesas de Investimento ■ Operações Financeiras

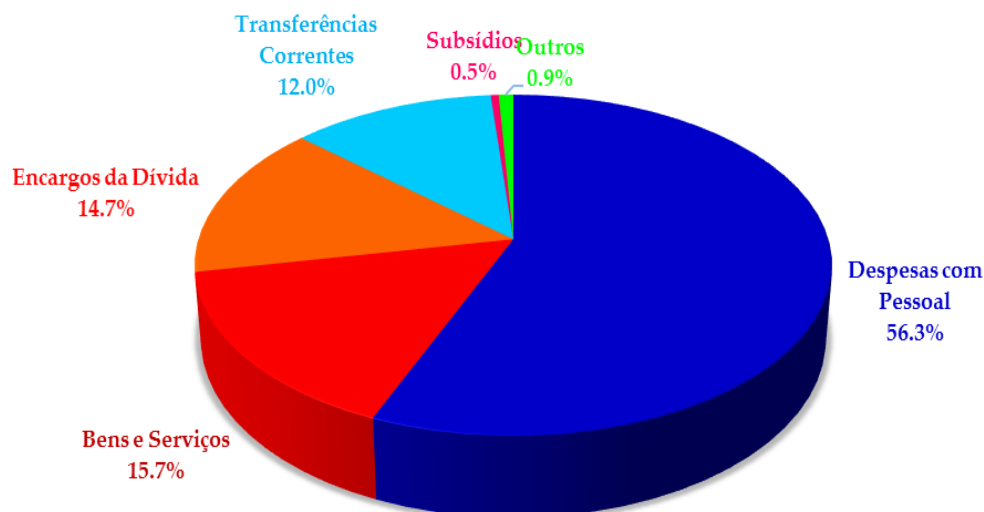


123. Em termos de proporção as despesas de Funcionamento irão continuar a absorver o maior volume da despesa pública, com 64,6%, um incremento de 2,8p.p. quando comparado com o ano anterior, seguindo as despesas de investimento com 22,7% e por fim as despesas com Operações Financeiras com 12,6%.

V.2.1 DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

124. O gráfico 17 ilustra a composição das despesas de funcionamento do Estado para 2021. Como se pode observar a maior proporção das Despesas de Funcionamento, será destinada às Despesas com o Pessoal com cerca de 56,3%, seguindo-se o agregado de Bens e Serviços com 15,7% e os Encargos da Dívida com 14,7%.

Gráfico 17. Composição das Despesas de Funcionamento para 2021 (%)



125. O quadro 13 apresenta detalhadamente as rubricas das despesas de funcionamento segundo o classificador económico da despesa:

Quadro 13. Despesas de Funcionamento (Milhões de MT e % do PIB)

	2019	2020	2020	2021	2019	2020	2020	2021
	CGE	LEI	LEI REV.	LEI	CGE	LEI	LEI REV.	LEI
	<i>Em Milhões de MT</i>				<i>Em % do PIB</i>			
DESPESA TOTAL	313,819.2	345,381.8	374,096.6	368,595.1	32.8%	33.9%	41.9%	32.5%
Despesas de Funcionamento	195,801.5	228,348.7	231,045.6	238,290.5	20.5%	22.4%	25.9%	21.0%
Despesas Correntes	195,542.7	227,972.1	230,601.0	237,811.1	20.4%	22.4%	25.8%	21.0%
Despesas com Pessoal	112,836.7	124,085.0	124,217.1	134,089.4	11.8%	12.2%	13.9%	11.8%
Bens e Serviços	25,734.9	34,588.3	40,308.3	37,348.8	2.7%	3.4%	4.5%	3.3%
Encargos da Dívida	29,703.3	37,323.0	28,674.7	35,114.8	3.1%	3.7%	3.2%	3.1%
Transferências Correntes	25,619.6	28,644.8	31,465.5	28,578.9	2.7%	2.8%	3.5%	2.5%
Subsídios	1,063.5	1,112.9	3,764.6	1,112.9	0.1%	0.1%	0.4%	0.1%
Outras Despesas Correntes	411.6	936.5	889.3	1,036.5	0.0%	0.1%	0.1%	0.1%
Exercícios Findos	173.1	1,281.5	1,281.5	529.7	0.0%	0.1%	0.1%	0.0%
Despesas de Capital	258.8	376.6	444.7	479.4	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%

i. Despesas com Pessoal

126. Em 2021 prevê-se que as Despesas com Pessoal atinjam cerca de 134.089,4 milhões de MT, o equivalente a 11,8% do PIB, representando uma redução em 2,1p.p. em relação a Lei Revista de 2020. Esta redução é sustentada pelas políticas de contenção e racionalização dos gastos adoptadas pelo

Governo nos últimos anos, prosseguindo com a restrição de novas contratações para a Função Pública em geral, mantendo as admissões somente para as áreas prioritárias.

127. Do montante alocado, 127.021,4 milhões de MT correspondem a rubrica de Salários e Remunerações e 7.068,0 milhões de MT as Outras Despesas com Pessoal, equivalente a 11,2% e 0,6% do PIB, respectivamente.

128. Apesar das restrições acima referenciadas, para garantir os serviços básicos à população, estão previstas admissões para as áreas prioritárias, nomeadamente Educação, Saúde e Agricultura, estando assim prevista a contratação de 17.180 Funcionários e Agentes do Estado com um impacto orçamental de 2.709,4 milhões de MT, conforme o quadro abaixo.

Quadro 14. Impacto das Admissões/Contratações para 2021 (Nº de Efectivos e Milhões de MT)

	Efectivos			Impacto Orçamental		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Educação	6,413	8,210	9,769	736	745	1,166
Saúde	2,126	4,846	5,520	417	727	1,385
Agricultura	399	116	1,891	125	59	58
Dos quais (Externo)			1,775			5,400
Total	12,128	13,172	17,180	1,500	1,808	2,709

129. O aumento do número de efectivos para os sectores da Educação e Saúde visam o incremento das acções de combate e prevenção da COVID -19, de forma a garantir o distanciamento interpessoal nas unidades de ensino a todos os níveis, o que irá demandar mais professores e, a nível do sector da saúde, mais profissionais de saúde para atender o aumento contínuo da procura dos serviços e assegurar, em especial nesta fase da pandemia

130. Adicionalmente, estão previstos cerca 1.800,0 Milhões de MT para o prosseguimento os actos administrativos para o pessoal civil e militar.

ii. Bens e Serviços

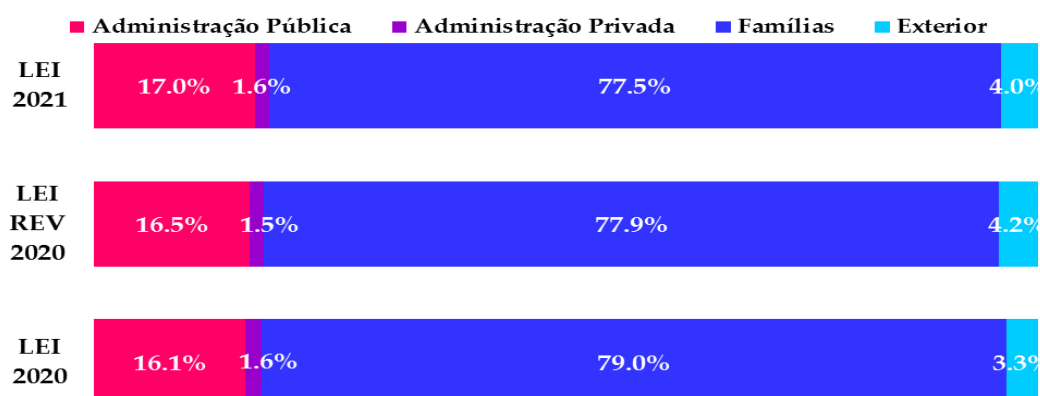
131. Para prosseguir com o funcionamento das instituições do Estado e a prestação de serviços públicos, as Despesas com Bens e Serviços irão situar-se em 37.348,8 milhões de MT em 2021, correspondente a 3,3% do PIB, uma redução de 1,2p.p. do PIB e 7,3% em termos nominais quando comparada a Lei Orçamental Revista de 2020.

132. Nesta rubrica, destacam-se como despesas que vão absorver a maior proporção dos recursos, as seguintes:

- Provisão para a aquisição de medicamentos, para o Sistema Nacional de Saúde, no valor de 10,5 mil milhões de MT, dos quais 8,2 são de recursos internos;
- Verbas para aquisição de artigos de higiene e limpeza para os sectores da Educação, Saúde e Acção Social, no âmbito da prevenção da COVID-19, no montante de 1,9 mil milhões de MT; e
- Provisão de encargos com a aquisição de bens e serviços para garantir o normal funcionamento das instituições da justiça, no valor de 1,6 mil milhões de MT, permitindo o maior acesso à justiça para todos cidadãos.

iii. Transferências Correntes

133. A rubrica de Transferências Correntes irá absorver cerca de 12,0% das Despesas de Funcionamento, o que em termos absolutos corresponde a 28.578,9 milhões de MT.

Gráfico 18. Composição das Transferências Correntes (%)

134. As transferências às famílias irão absorver a maior proporção com 77,5% do Total das Transferências Correntes, seguindo-se as Transferências a Administração Pública com 17,0%, e as Transferências ao Exterior, com 4,0%.

135. Nas transferências às famílias estão previstos cerca de 22.136,0 milhões de MT, que correspondem a 2,0% do PIB e uma redução de 0,7p.p face a Lei Revista de 2020. Nesta componente estão inseridos os pagamentos de Pensões Cíveis e Militares no valor de 15.167,4 milhões de MT e os Programas de Protecção Social no valor de 4.507,8 milhões de MT, da componente interna, conforme pode-se depreender do quadro abaixo.

Quadro 15. Programas de Protecção Social (Milhões MT)

	LEI REV. 2020			PROP. 2021		
	Interno	Externo	Total	Interno	Externo	Total
	<i>Em Milhões de MT</i>					
Programas de Protecção Social	3,915.8	4,504.0	8,419.8	4,507.8	5,171.1	9,678.9
Subsídio Social Básico	3,410.9	204.5	3,615.4	3,428.3	187.9	3,616.2
Apoio Social Directo	283.6	655.4	939.0	789.0	1,196.9	1,985.9
Serviços Sociais de Acção Social	-	-	-	-	-	-
Acção Social Produtiva	118.1	900.1	1,018.2	171.2	2,053.5	2,224.8
Programa de Atendimento em Unidades Sociais	103.2	-	103.2	119.3	27.3	146.5
Programas de Serviços de Acção Social	-	-	-	-	-	-
Programa de Emergência - COVID 19	-	2,744.0	2,744.0	-	1,589.7	1,589.7
Trabalhos Públicos Inclusivo	-	-	-	-	115.9	115.9

136. Ainda para os programas de Protecção Social, estão previstos 5.171,1 milhões de MT da componente externa, que representa um incremento 14,8% face ao previsto na Lei Orçamental Revista de 2020. Assim, os recursos afectos a protecção social totalizam 9.678,9 milhões de MT que vão abranger cerca de 1.772.708 de beneficiários.

iv. Transferências as Comunidades

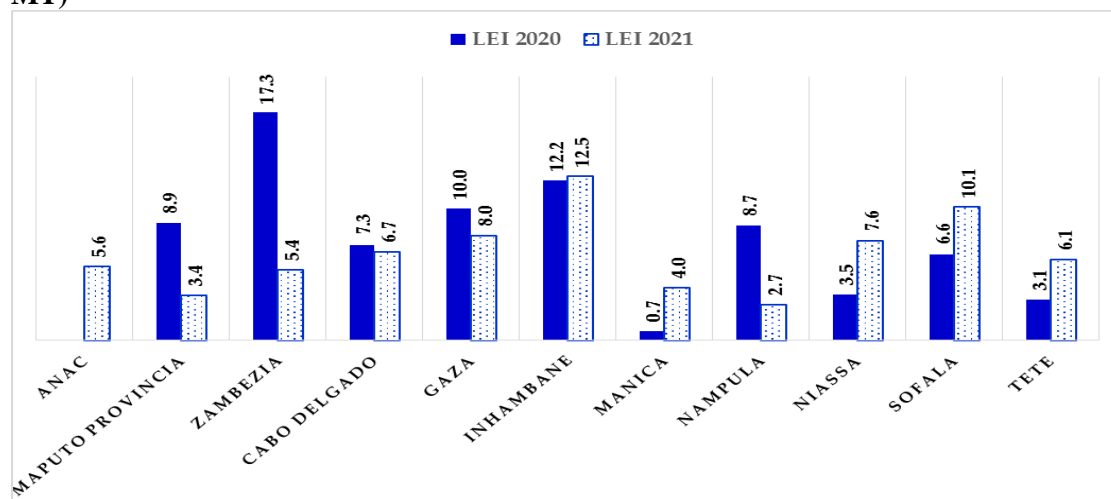
137. No âmbito da aplicação da taxa de 2,75%, estipulada pela Lei Orçamental, sobre a arrecadação das receitas provenientes da actividade de extracção mineira, petrolífera e gás, está prevista a alocação de cerca de 74,5 milhões MT, destinadas ao desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os empreendimentos.

Quadro 16. Transferências às Comunidades (Milhões de MT)

Província	Distrito	Localidade	Actividade Mineira	2019 CGE	2020 LEI	2021 PROP.
<i>Em Milhões de MT</i>						
Cabo Delgado	Montepuez	Namanhumbir	Rubis	22.9	20.9	10.5
		Balama	Grafite, Vanadio	-	-	2.3
Nampula	Larde	Topuito	Areias Pesadas	4.8	4.9	5.4
	Angoche	Angoche		-	-	0.3
Tete	Moatize	Cateme	Carvão Mineral	13.7	14.6	9.9
		25 de Setembro	Carvão Mineral	13.7	14.6	9.9
		Chipanga II	Carvão Mineral	13.7	14.6	9.9
		Benga	Carvão Mineral	3.1	7.1	6.9
		Marara	Kachembe	Carvão Mineral	3.5	3.5
Zambezia	Pebane	Pebane	Areias Pesadas	-	-	0.2
	Chinde	Mitange	Ilmenite, Titânio, Zircão	-	-	0.5
Manica	Manica	Penhalonga	Ouro	0.6	0.6	0.0
		Manica		0.6	0.6	-
		Machipanda		0.0	0.0	1.2
Inhambane	Govuro	Pande	Gás Natural	2.7	1.1	3.3
	Inhassoro	Maimelane		2.7	4.3	13.4
Maputo	Boane	Boane	Riolito	-	-	0.2
Total				83.4	86.6	74.5

138. Na mesma vertente, estão igualmente previstas transferências de receitas de Exploração Florestal e Faunística, no valor de 72,1 milhões de MT, significando uma redução de 7,7% face a previsão de 2020.

Gráfico 19. Transferência das Receitas de Exploração Florestal e Faunística (Milhões de MT)



V.2.2 DESPESAS DE INVESTIMENTO

139. Para o ano de 2021, as Despesas de Investimento estão previstas que alcancem cerca de 83.782,0 milhões de MT, o equivalente a 7,4% do PIB e uma redução de 2,7p.p., em relação a Lei Orçamental Revista de 2020. Esta redução resulta da redução do financiamento interno do investimento pela via do ADO.

Quadro 17. Despesas de Investimento

	2019 CGE	2020 LEI	2020 LEI REV.	2021 LEI
Despesas de Investimento (10⁶ MT)	72,250.1	70,991.7	90,570.5	83,782.0
% PIB	7.6%	7.0%	10.1%	7.4%
% da Despesa Total	23.0%	20.6%	24.2%	22.7%
Componente Interna (10⁶ MT)	44,746.7	29,585.0	44,969.2	30,734.0
% PIB	4.7%	2.9%	5.0%	2.7%
% da Despesa Total	14.3%	8.6%	12.0%	8.3%
Componente Externa (10⁶ MT)	27,503.4	41,406.7	45,601.3	53,048.0
% PIB	2.9%	4.1%	5.1%	4.7%
% da Despesa Total	8.8%	12.0%	12.2%	14.4%

140. O financiamento interno do investimento está orçado em 30.734,0 milhões de MT, correspondente a 2,7% do PIB, uma redução de 2,3p.p. do PIB face a Lei Revista de 2020.

141. Por sua vez, o Financiamento Externo do investimento situa-se em cerca de 53.048,0 milhões de MT, equivalente a 4,7% do PIB, sendo desde montante 30.572,1 milhões de MT sob forma de Donativos e 22.475,9 milhões de MT de créditos.

142. A concentração dos recursos disponíveis para as despesas de investimento, será nas áreas económicas e sociais, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 18. Amostra das Despesas de Investimento por Área de Actividade (Milhões de MT)

Acção	Despesas de Investimento		
	Externo	Interno	TOTAL
<i>Em Milhões de MT</i>			
EDUCAÇÃO	5,730.7	999.7	6,730.4
CONSTRUCAO DE SALAS DE AULAS	597.1	92.3	689.4
AQUISICAO DE CARTEIRAS ESCOLARES	41.9	87.3	129.1
LIVRO ESCOLAR	1,118.2	-	1,118.2
MATERIAIS DE ENSINO PARA O ENSINO SECUNDARIO GERAL	105.5	-	105.5
MATERIAL DO ENSINO PARA EDUCACAO DE ADULTOS	57.8	70.0	127.8
PROJECTO - PILOTO DE ENSINO PRE ESCOLAR	105.3	-	105.3
RECUPERACAO RESILIENTE DE INFRASTRUTURAS ESCOLARES	183.5	-	183.5
PROGRAMA DE GESTAO DE RISCO DE DESASTRES E RESILIENCIA NAS ESCOLAS	401.0	147.8	548.7
SAÚDE	6,800.3	1,656.1	8,456.5
CUIDADOS DE SAUDE PRIMARIOSE SERVICOS DE SAUDE - PROSAUDE III	752.7	-	752.7
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE CUIDADOS DE SAUDE PRIMARIOS - PHCSP	1,773.2	-	1,773.2
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A TURBECULOSE	243.7	-	243.7
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE A MALARIA	404.5	-	404.5
APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE AO HIV/SIDA	404.4	70.2	474.7
APOIO AO PROGRAMA ALARGADO DE VACINACAO	309.0	0.4	309.4
Infraestruturas (Estradas, Águas e Obras Públicas)	18,563.6	9,217.6	27,781.2
PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DE AGUAS II	2,970.6	-	2,970.6
MANUTENCAO DE EMERGENCIA	-	850.0	850.0
MANUTENCAO DE ESTRADAS PAVIMENTADAS	-	754.6	754.6
MANUTENCAO DE ESTRADAS DISTRITAIS	-	308.0	308.0
MANUTENCAO DE ESTRADAS URBANAS	-	492.0	492.0
MANUTENCAO E REABILITACAO DE PONTES	-	103.9	103.9
MELHORAMENTO DA ESTRADA N13: NAMPULA - CUAMBA	1,764.0	7.5	1,771.5
ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA.	-	1,034.2	1,034.2
REABILITACAO DA ESTRADA NACIONAL N6C TICA-BUZI'NOVA SOFALA	2,994.4	8.7	3,003.1
ASFALTAGEM DA ESTRADA NACIONAL N13: CUAMBA-MANDIMBA-MASSANGULO	1,345.9	37.0	1,382.9
MANUTENCAO PERIODICA DE ESTRADAS PAVIMENTAS	-	163.0	163.0
ASFALTAGEM DA ESTRADA NACIONAL N381/R1251: MUEDA-NEGOMANE	780.0	8.2	788.2
PROGRAMA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO RURAL- PRO	1,216.2	-	1,216.2
PROGRAMA INTEGRADO DE ESTRADAS RURAIS	3,245.3	7.9	3,253.2
REABILITACAO DA ESTRADA N10/N1: QUELIMANE-NICOADALA-NAMACURRA	2,800.0	5.7	2,805.7
CONSTRUCAO DA PONTE SOBRE O RIO MONTEPUEZ	104.6	145.4	250.0

Acção	Despesas de Investimento		
	Externo	Interno	TOTAL
<i>Em Milhões de MT</i>			
Agricultura e Pesca	10,869.3	9,123.5	19,992.8
ADMINISTRACAO DO FUNDO DE FOMENTO PESQUEIRO	-	15.3	15.3
APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	-	120.0	120.0
APOIO A GOVERNACAO E CRESCIMENTO PARTILHADO DAS PESCARIAS DO SUDOESTE	128.4	-	128.4
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUACULTURA	-	7.1	7.1
IRRIGA - PROJECTO DE AGRICULTURA DE IRRIGACAO DE PEQUENA ESCALA E ACESSO	620.5	-	620.5
PROJECTO SUSTENTA	693.0	-	693.0
TERRA SEGURA	805.1	-	805.1
PROCAVA - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE VALOR AGRO- ALIMEI	1,105.6	-	1,105.6
PROGRAMA DE INVESTIMENTO FLORESTAL - MOZFIP	697.6	-	697.6
MANEIO INTEGRADO DE AMENDOAS	-	280.0	280.0
APOIO A PRODUCAO PECUARIA	-	5.1	5.1
Energia e Recursos Minerais	-	2,587.5	2,587.5
INCENTIVO GEOGRAFICO PARA A CONSTRUCAO E REABILITACAO DE BOMBAS DE COM	-	330.0	330.0
ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA.	-	1,034.2	1,034.2
CONSTRUCAO DO EDIFICIO DO INSTITUTO GELOGICO MINEIRO	-	300.0	300.0
CENSO DOS MINERADORES ARTESANAIS	-	165.2	165.2
IMPLANTACAO DA UNIDADE DE GESTAO DO PROCESSO KIMBERLEY	-	119.6	119.6
CONSTRUCAO E APETRECHAMENTO DE ESTACOES SISMOGRAFICAS	-	28.6	28.6
Transporte e Comunicações	10,322.8	2,175.3	12,498.1
REABILITACAO E EXPANSAO DO PORTO DE NACALA	4,140.0	-	4,140.0
APOIO AS EMPRESAS PUBLICAS E MUNICIPAIS	-	70.8	70.8
MIGRACAO DO SISTEMA RADIO DIFUSAO ANALOGICO PARA DIGITAL	3,450.0	-	3,450.0
CONSTRUCAO DO AEROPORTO DE GAZA	1,449.0	-	1,449.0
AQUISICAO DE MEIOS FISCALIZACAO RODOVIARIA	-	32.0	32.0
DISSEMINACAO DE PLANIFICACAO ESPACIAL	194.7	-	194.7
CONSTRUCAO DE INSTALACOES DA DELEGACAO DO INATTEC DA CIDADE	-	70.0	70.0
OPERACIONALIZACAO DOS AUTOCARROS DE TRANSPORTE PUBLICO E URBANO DE PA	-	233.4	233.4
MANUTENCAO DOS PORTOS E AJUDAS A NAVEGACAO	-	210.3	210.3
MODERNIZACAO DA BALIZAGEM DO PORTO DE QUELIMANE	-	58.5	58.5
COMERCIO E CONECTIVIDADE DA AFRICA AUSTRAL	1,035.0	-	1,035.0
AQUISICAO DE MEIOS DE TRANSPORTE MARITIMOS	-	150.0	150.0

V.2.3 DESPESAS COM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

143. As Operações Financeiras irão atingir cerca de 46.522,5 milhões de MT, que representam 4,1% do PIB, significando um decréscimo de 1,8p.p. do PIB em relação à Lei Orçamental Revista de 2020.

Quadro 19. Operações Financeiras do Estado (Milhões de MT)

	2019	2020	2020	2021	2019	2020	2020	2021
	CGE	LEI	LEI REV.	LEI	CGE	LEI	LEI REV.	LEI
	<i>Em Milhões de MT</i>				<i>Em % do PIB</i>			
Operações Financeiras	45,767.6	46,041.4	52,480.5	46,522.5	4.8%	4.5%	5.9%	4.1%
Activas	13,942.6	4,810.4	11,986.8	3,965.5	1.5%	0.5%	1.3%	0.3%
Capital social de empresas	656.8	248.3	1,988.5	905.9	0.1%	0.0%	0.2%	0.1%
Acordos de Retrocessão	13,285.8	4,562.1	9,998.3	3,059.6	1.4%	0.4%	1.1%	0.3%
Passivas	31,825.0	41,231.0	40,493.6	42,557.0	3.3%	4.0%	4.5%	3.8%
Amortizações de Empréstimos Externos	17,779.4	25,102.0	24,513.0	25,532.0	1.9%	2.5%	2.7%	2.3%
Amortizações de Empréstimos Internos	14,045.6	16,129.0	15,980.6	17,025.0	1.5%	1.6%	1.8%	1.5%

144. De acordo com o quadro 19, as Operações Activas totalizam o montante de 3.965,5 milhões de MT, correspondem a 0,3% do PIB, e expressam um decréscimo em 1,0p.p., comparativamente a Lei Revista de 2020. Deste montante, 905,9 milhões destinam-se ao Capital Social as Empresas e 3.059,6 milhões de MT para os Acordos de Retrocessão, que correspondem a 0,1% e 0,3% do PIB, respectivamente.

145. As Operações Financeiras Passivas fixar-se-ão em 42,557,0 milhões de MT, o equivalente a 3,8% do PIB e um decréscimo em 0,7p.p. comparativamente a Lei Revista de 2020.

V.2.4 PRIORIDADES E PILARES DO GOVERNO

146. O Programa Quinquenal do Governo (2020-2024) enfoca o prosseguimento das acções prioritárias que tenham impacto directo na vida da população, garantindo o seu bem-estar, a redução das desigualdades sociais e da pobreza e a criação dum ambiente de paz, harmonia e tranquilidade.

147. Para o alcance dos objectivos definidos no PQG (2020-2024), a acção governativa está direccionada para três prioridades, sustentadas por três pilares de suporte, que tem em vista criar um ambiente favorável para negócios, um quadro macroeconómico robusto e uma cooperação internacional que reforce e estimule a integração económica.

148. Neste sentido, para o ano de 2021 estima-se que a prioridade II irá absorver a maior proporção dos recursos, com 156.580,2 milhões de MT, correspondente a 42,5% da Despesa Total, estando em seguida as Prioridades I e III, com 36,5% e 1,2% da Despesa Total, respectivamente.

Quadro 20. Alocação da Despesa por Prioridades e Pilares (Milhões e %)

PRIORIDADES E PILARES	LEI	LEI REV.	PROP.	LEI	LEI REV.	PROP.
	2020	2020	2021	2020	2020	2021
	<i>Em Milhões de MT</i>			<i>Em % da Despesa Total</i>		
Prioridade I - Desenvolver o Capital Humano e a Justiça Social	121,647.6	136,584.1	133,684.1	35.2%	36.5%	36.3%
Prioridade II - Impulsionar o crescimento Económico, a produtividade e a geração de emprego	153,593.8	145,042.7	156,580.2	44.5%	38.8%	42.5%
Prioridade III - Fortalecer a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente	3,776.6	4,741.3	4,404.1	1.1%	1.3%	1.2%
Pilar I - Reforçar a Democracia e Preservar a Unidade Nacional	26,634.9	30,027.1	27,868.0	7.7%	8.0%	7.6%
Pilar II - Promover a Boa Governação e Descentralização	36,552.2	54,541.4	44,730.9	10.6%	14.6%	12.1%
Pilar III - Reforçar a Cooperação Internacional	3,176.7	3,160.0	1,327.8	0.9%	0.8%	0.4%
DESPESA TOTAL	345,381.8	374,096.6	368,595.1	100.0%	100.0%	100.0%

149. Relativamente aos Pilares, o Pilar II é o que absorverá mais recursos, com 44.730,9 milhões de MT, equivalente a 12,1 da Despesa Total.

V.2.5 COMPROMISSOS SECTORIAIS

150. No que concerne aos compromissos sectoriais, para 2021 prevê-se prosseguir com a alocação de recursos em áreas prioritárias como da Educação, Saúde e Agricultura e Desenvolvimento Rural, no contexto do combate a pobreza e a redução de desigualdade no País, apesar da contracção da actividade económica que tem sido notável devido a pandemia da COVID-19.

151. Neste âmbito, perspectiva-se para o ano de 2021 o montante de 128.139,9 milhões de MT para os compromissos sectoriais, que corresponde a 47,9% da Despesa Total excluindo os Encargos Gerais do Estado. Deste montante, 104.739.5 milhões de MT são da componente interna e 23.400,3 milhões de MT da componente externa.

Quadro 21. Compromissos Sectoriais (Milhões de MT e %)

	LEI REV 2020			LEI 2021		
	Interno	Externo	TOTAL	Interno	Externo	TOTAL
<i>Em Milhões de MT</i>						
Despesa Total (Ex. EGE)	234,809.4	45,601.3	281,023.7	214,738.9	53,048.0	267,787.0
Total Compromissos Sectoriais	108,979.0	20,229.3	129,208.2	104,739.5	23,400.3	128,139.9
Educação	61,188.3	6,056.9	67,245.2	58,243.0	5,730.7	63,973.7
Saúde	27,536.6	7,900.1	35,436.8	30,614.7	6,800.3	37,415.0
Agricultura e Desenvolvimento Rural	20,254.1	6,272.2	26,526.3	15,881.9	10,869.3	26,751.2
<i>Em % da Despesa Total</i>						
Total Compromissos Sectoriais	46.4%	44.4%	46.0%	48.8%	44.1%	47.9%
Educação (20%)	26.1%	13.3%	23.9%	27.1%	10.8%	23.9%
Saúde (15%)	11.7%	17.3%	12.6%	14.3%	12.8%	14.0%
Agricultura e Desenvolvimento Rural (10%)	8.6%	13.8%	9.4%	7.4%	20.5%	10.0%

152. O sector da Educação continuará a absorver a maior proporção dos recursos com cerca 23,9% da Despesa Total, excluindo os Encargos Gerais do Estado, o que significa uma manutenção em relação a Lei Orçamental Revista de 2020.

153. Em seguida, se encontram os sectores da Saúde e Agricultura, com 37.415,4 e 26.751,2 milhões de MT, equivalente a 14% e 10% da Despesa Total, excluindo os Encargos Gerais do Estado, respectivamente.

V.2.6 AFECTAÇÃO TERRITORIAL

154. O artigo 22 da Lei N.º 16/2019, de 24 de Setembro, estabelece que para a determinação do limite por província é aplicada uma fórmula a ser definida por lei. O mesmo dispositivo estabelece que até à definição da referida fórmula, o limite a atribuir a cada Órgão de Governação Descentralizada Provincial, consta anualmente da Lei Orçamental.

155. Estando a fórmula em processo de elaboração, para a proposta do Orçamento do Estado para 2021, a fixação de limites foi feita considerando o número de habitantes por província com um peso de 60%, a área

territorial com 15% e o índice de pobreza com peso de 25%, conforme a tabela à seguir:

Quadro 22. Critérios de Afecção de Recursos para os OGD

Províncias	População 60%			Índice de Pobreza 25%			Superfície 15%		
	População* (Habitantes)	Peso %	60%	Índice de Pobreza	Peso %	25%	Superfície (Km ²)	Peso %	15%
1. Niassa	1,810,794	6.8%	4.1%	39.0%	13.5%	3.4%	129,056	16.2%	2.4%
2. Cabo Delgado	2,320,261	8.7%	5.2%	35.0%	12.2%	3.0%	82,625	10.3%	1.6%
3. Nampula	5,758,920	21.5%	12.9%	42.0%	14.6%	3.6%	81,606	10.2%	1.5%
4. Zambézia	5,164,732	19.3%	11.6%	42.0%	14.6%	3.6%	105,008	13.1%	2.0%
5. Tete	2,648,941	9.9%	5.9%	36.0%	12.5%	3.1%	100,724	12.6%	1.9%
6. Manica	1,945,994	7.3%	4.4%	25.0%	8.7%	2.2%	61,661	7.7%	1.2%
7. Sofala	2,259,248	8.4%	5.1%	32.0%	11.1%	2.8%	68,018	8.5%	1.3%
8. Inhambane	1,488,676	5.6%	3.3%	24.0%	8.3%	2.1%	68,615	8.6%	1.3%
9. Gaza	1,422,460	5.3%	3.2%	9.0%	3.1%	0.8%	75,709	9.5%	1.4%
10. Maputo (província)	1,968,906	7.3%	4.4%	4.0%	1.4%	0.3%	26,058	3.3%	0.5%
Total**	26,788,932	100.0%	60.0%	288.0%	100.0%	25.0%	799,080	100.0%	15.0%

* Dados do Censo 2017

** Exclui Cidade de Maputo

156. Para a distribuição dos recursos foram consideradas apenas as receitas fiscais. Com efeito, os limites orçamentais a observar, excluindo as receitas próprias e consignadas, o orçamento das Delegações Provinciais, dos Órgãos da Administração da Justiça e Penitenciárias/ Cadeias, são os seguintes:

Quadro 23. Limites Orçamentais para os Órgãos de Governação Descentralizada Provincial (Milhões de MT)

	FUNCIONAMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL
PROVINCIA DO NIASSA	503.5	91.0	594.5
PROVINCIA DE CABO DELGADO	302.5	99.0	401.5
PROVINCIA DE NAMPULA	481.5	163.9	645.4
PROVINCIA DA ZAMBEZIA	497.2	156.4	653.6
PROVINCIA DE TETE	312.6	100.8	413.4
PROVINCIA DE MANICA	352.7	73.4	426.1
PROVINCIA DE SOFALA	1,256.0	83.5	1,339.5
PROVINCIA DE INHAMBANE	384.7	59.3	443.9
PROVINCIA DE GAZA	238.8	46.9	285.7
PROVINCIA DE MAPUTO	365.9	50.0	415.9
TOTAL	4,695.1	924.2	5,619.4

157. Para 2021, estão atribuídos para os Órgãos de Governança Descentralizada Provincial o montante de 5.619,4 milhões de MT, dos quais 4.695,1 milhões de MT serão destinadas para as Despesas de Funcionamento e 924,2 milhões de MT para as Despesas de Investimento.

158. O limite para as despesas de funcionamento abrange as Demais Despesas com Pessoal, Bens e Serviços e Outras Despesas de Funcionamento.

159. O quadro 24 mostra a distribuição das despesas por níveis de governação:

Quadro 24. Alocação Por Níveis (Milhões de MT e %)

	CGE	LEI	LEI REV.	LEI		CGE	LEI	LEI REV.	LEI
	2019	2020	2020	2021		2019	2020	2020	2021
	<i>Em Milhões de MT</i>					<i>Em % da Despesa Total</i>			
Central	131,938.4	139,900.9	167,355.3	159,855.1		55.4%	57.2%	59.6%	59.7%
Local	106,212.1	104,516.4	113,668.3	107,931.8		44.6%	42.8%	40.4%	40.3%
Provincial	43,118.8	39,377.3	47,282.3	41,760.0		40.6%	37.7%	41.6%	38.7%
Distrital	58,407.1	60,740.0	61,973.7	61,294.6		55.0%	58.1%	54.5%	56.8%
Autárquico	4,686.2	4,399.1	4,412.4	4,877.3		4.4%	4.2%	3.9%	4.5%

(*)*Exclui Encargos Gerais do Estado*

160. Verifica-se que a maior parte da despesa pública, excluindo os Encargos Gerais do Estado, continuará a ser absorvida pelo nível central com 59,7%, o que representa um incremento de 0,1p.p. face a Lei Orçamental Revista de 2020.

161. Em termos proporcionais para o nível local, verifica-se que a maior proporção dos recursos será para o nível distrital com 56,8%, seguida dos níveis provincial e autárquico com 38,7% e 4,5%, respectivamente.

V.2.7 SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

162. Para o serviço da dívida pública, estima-se o montante de 77.671,8 milhões de MT para 2021, equivalente a 6,9% do PIB, o que significa uma redução de 0,8p.p. do PIB face Lei Orçamental Revista de 2020.

Quadro 25. Serviço da Dívida (Milhões de MT e % do PIB)

	2019	2020	2020	2021
	CGE	LEI	LEI REV.	LEI
<i>Em Milhões de MT</i>				
Encargos da Dívida	29,703.3	37,323.0	28,674.7	35,114.8
Juros Internos	17,246.1	24,191.2	15,542.9	23,683.0
Juros Externos	12,457.2	13,131.8	13,131.8	11,431.8
Amortização do Capital	31,825.0	41,231.0	40,493.6	42,557.0
Interno	14,045.6	16,129.0	15,980.6	17,025.0
Externo	17,779.4	25,102.0	24,513.0	25,532.0
Total do Serviço da Dívida	61,528.3	78,554.0	69,168.3	77,671.8
<i>Em % do PIB</i>				
Encargos da Dívida	3.1%	3.7%	3.2%	3.1%
Juros Internos	1.8%	2.4%	1.7%	2.1%
Juros Externo	1.3%	1.3%	1.5%	1.0%
Amortização do Capital	3.3%	4.0%	4.5%	3.8%
Interno	1.5%	1.6%	1.8%	1.5%
Externo	1.9%	2.5%	2.7%	2.3%
Total do Serviço da Dívida	6.4%	7.7%	7.7%	6.9%

163. Do montante total, 35.114,8 milhões de MT serão destinados para o pagamento dos Encargos da Dívida, e 42.557,0 milhões de MT para Amortização do Capital, correspondente a 3,1% e 3,8% do PIB, o que representa uma redução em 0,1 e 0,7 pontos percentuais em relação a previsão da Lei Orçamental Revista de 2020, respectivamente.

VI. PRINCIPAIS RISCOS FISCAIS PARA 2021

164. O compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado e a garantia de uma maior credibilidade e transparência fiscal do Estado, traz a necessidade de identificação dos principais riscos fiscais que podem afectar a implementação do OE em 2021. Os riscos fiscais são eventos

incertos, que podem fazer com que os resultados da política fiscal se desviem das previsões, ampliando as necessidades de financiamento do Estado.

165. As incertezas quanto a evolução da economia global e doméstica tendem a aumentar com a pandemia do Covid19. Neste contexto, a sua posição fiscal do país pode mudar rapidamente, devido, entre outras questões, às pressões criadas pelo aumento da despesa pública para dar resposta as acções de mitigação da pandemia e redução da arrecadação de receitas derivada da desaceleração da actividade económica.

166. As receitas e despesas do Estado são estimadas tendo em conta pressupostos macroeconómicos (Taxa de crescimento económico, inflação e taxa de câmbio), tal que a alteração destes, pode comprometer o alcance dos rácios fiscais previstos, resultando em desvios no processo de execução orçamental. Se o crescimento económico esperado não se realizar, haverá uma quebra no volume total de recursos esperados, o que irá implicar em ajustes do lado da despesa e/ou na expansão da dívida pública.

167. Outro factor está, também, associado aos preços das *commodities* no mercado internacional, onde os mesmos se têm mostrado muito voláteis nos últimos anos e caso haja variações significativas dos preços abaixo dos projectados para as principais mercadorias de exportação do país, a receita poderá ser negativamente afectada.

168. Para o ano 2021, os riscos poderão ser influenciados pela duração e intensidade da crise da COVID-19 o que poderá exigir maior intervenção do Estado por forma a mitigar seu impacto. Esta intervenção pode exigir reforços orçamentais para o sector de saúde e as transferências às famílias mais vulneráveis, ampliando as necessidades de financiamento.

169. A tabela a seguir apresenta o resumo dos principais riscos macro fiscais perspectivados no CFMP 2021-2023.

Quadro 26. Riscos Macro Fiscais e Medidas de Mitigação

Tipos de Risco	Consequências	Medidas de mitigação
Sustentabilidade da Dívida Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de incertezas quanto ao financiamento interno • Aumento da necessidade de arrecadação de receitas • Aumento dos níveis de endividamento interno e externo • Queda da capacidade de investimento do sector privado 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da estratégia de gestão da dívida pública. • Contenção dos níveis de despesa pública • Prioridade de investimento público em áreas produtivas
Desastres naturais (ciclones, chuvas e seca...)	<ul style="list-style-type: none"> • Quebra na produção interna, sobretudo na agricultura • Refreamento da taxa de crescimento • 	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar o sector da agricultura resiliente através de sementes mais resistentes aos eventos climáticos • Infraestruturas resilientes
Aceleração da inflação	<ul style="list-style-type: none"> • Excesso de procura de divisas decorrente do agravamento do défice da conta corrente • Aumento da expectativa de pressão inflacionária devido ao choque da oferta 	<ul style="list-style-type: none"> • Política Fiscal e Monetária mais conservadora
Choque Cambial	<ul style="list-style-type: none"> • Maiores custos de produção para os sectores que dependem da importação de matéria prima 	<ul style="list-style-type: none"> • Política Fiscal e Monetária mais conservadora
Volatilidade dos preços das <i>commodities</i> no mercado internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Queda na produção de carvão, alumínio 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar a economia estimular a indústria de semi-processamento
Riscos Epidemiológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto negativo no crescimento económico • Crescimento da despesa pública • Desemprego e crescimento dos segmentos em situação de vulnerabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de prevenção • Políticas de apoio aos segmentos mais vulneráveis

VII. FINANCIAMENTO DO DÉFICE

170. Como resultado da previsão das receitas e despesas para o ano de 2021, estima-se que o défice orçamental alcance o montante de 102.999,0 milhões de MT, contra os 159.954,9 milhões de MT da Lei Orçamental

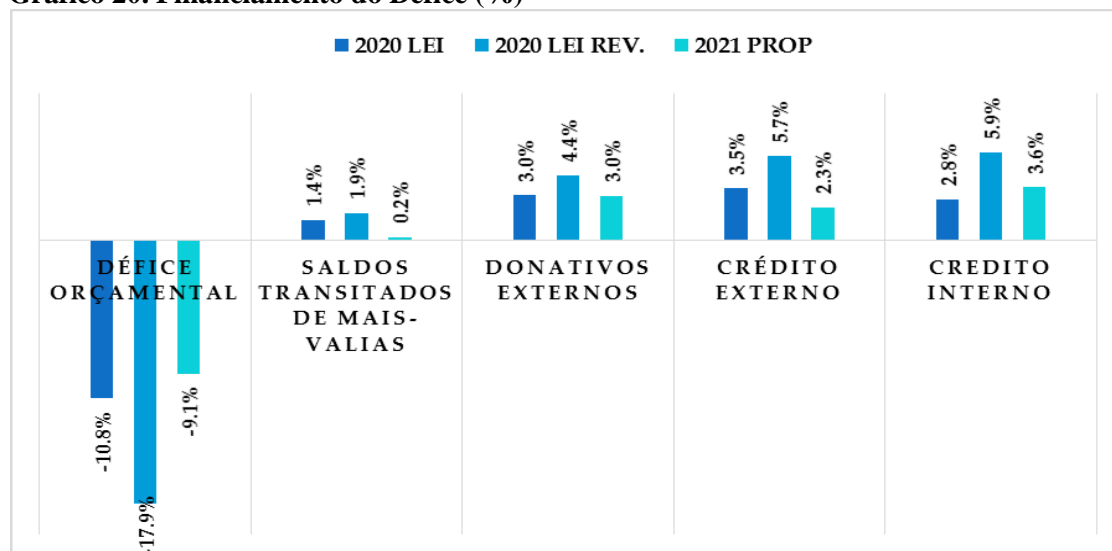
Revista de 2020, equivalente a 9,1% do PIB, o que representa um decréscimo de 8,8 pontos percentuais.

Quadro 27. Déficit Orçamental

	2019	2020	2020	2021	2019	2020	2020	2021
	CGE	LEI	LEI REV.	LEI	CGE	LEI	LEI REV.	LEI
	<i>Em Milhões de MT</i>				<i>Em % do PIB</i>			
1.Envelope de Recursos	358,605.3	345,381.8	374,096.6	368,595.1	37.5%	33.9%	41.9%	32.5%
1.1 Receitas do Estado	276,788.2	235,590.3	214,141.7	265,596.1	28.9%	23.1%	24.0%	23.4%
1.2 Saldos Transitados de Mais-valias	5,274.0	14,274.4	16,631.1	2,500.0	0.6%	1.4%	1.9%	0.2%
1.3 Financiamento Interno	28,545.8	28,510.0	53,013.2	40,957.5	3.0%	2.8%	5.9%	3.6%
1.4 Recursos Externos	47,997.3	67,007.1	90,310.6	59,541.5	5.0%	6.6%	10.1%	5.3%
2.Despesa Total	340,414.7	345,381.8	374,096.6	368,595.1	35.6%	33.9%	41.9%	32.5%
2.1 Despesas de Funcionamento	195,801.5	228,348.7	231,045.6	238,290.5	20.5%	22.4%	25.9%	21.0%
2.2 Despesas de Investimento	72,250.1	70,991.7	90,570.5	83,782.0	7.6%	7.0%	10.1%	7.4%
2.3 Operações Financeiras	45,767.6	46,041.4	52,480.5	46,522.5	4.8%	4.5%	5.9%	4.1%
Déficit Orçamental	(58,352.5)	(109,791.5)	(159,954.9)	(102,999.0)	-6.1%	-10.8%	-17.9%	-9.1%
Déficit Orçamental antes de Donati	(6,599.5)	(54,286.1)	(102,830.2)	(57,942.0)	-0.7%	-5.3%	-11.5%	-5.1%
Déficit Orçamental após Donativos	4,506.4	(23,252.4)	(63,557.3)	(23,936.0)	0.5%	-2.3%	-7.1%	-2.1%

171. Para o déficit orçamental antes e após donativos, estão previstos 57.942,0 milhões de MT e 23.936,0 milhões de MT, correspondente a 5,1% e 2,1% do PIB, respectivamente.

Gráfico 20. Financiamento do Déficit (%)



172. O financiamento do déficit orçamental, será efectuado nos seguintes moldes:

- **Donativos Externos** - previstos 34.005,9 milhões de MT, equivalente a 3,0% do PIB, o que significa uma redução de 1,4p.p. em termos percentuais do PIB, face a Lei Revista de 2020;
- **Créditos Externos** – cerca de 2,3% do PIB, o que nominalmente corresponde a 25.535,5 milhões de MT;
- **Crédito Interno** - estimado 40.957,5 milhões de MT, equivalente a 3,6% do PIB, o que significa uma redução em 2,3p.p. em relação a Lei Orçamental Revista de 2020;
- **Saldos Transitados de Mais-Valias** – previstos no montante de 2.500,0 milhões de MT.

VIII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

173. O volume de Recursos para o ano 2021 totaliza 368.595,1 milhões de MT, equivalente a 32,5% do PIB e significando um decréscimo em 9,4p.p. quando comparado a Lei Orçamental Revista de 2020.

174. Os recursos internos e externos em 2021 estão estimados em 309.053,6 milhões de MT e 59.541,5 milhões de MT, correspondente a 27,3% e 5,3% do PIB, o que representa uma redução de 4,5 e 4,9 pontos percentuais em relação a Lei Orçamental Revista de 2020, respectivamente.

175. Para as Despesas do Estado estima-se igualmente o montante de 368.595,1 milhões de MT, dos quais, as Despesas de Funcionamento estão estimadas

em 238.290,5 milhões de MT, as Despesas de Investimento em 83.782,0 milhões de MT e as Operações Financeiras em 46.522,5 milhões de MT, correspondente a 64,6%, 22,7% e 12,6% da Despesa Total, respectivamente.

Quadro 28. Equilíbrio Orçamental (Milhões de MT e %)

	CGE	LEI	LEI REV.	LEI	CGE	LEI	LEI REV.	LEI
	2019	2020	2020	2021	2019	2020	2020	2021
	<i>Em milhões de MT</i>				<i>Em % do PIB</i>			
Total de Recursos	358,606.1	345,381.8	374,096.6	368,595.1	37.5%	33.9%	41.9%	32.5%
Recursos Internos	310,608.8	278,374.7	283,786.0	309,053.6	32.5%	27.3%	31.8%	27.3%
Receitas do Estado	276,788.2	235,590.3	214,141.7	265,596.1	28.9%	23.1%	24.0%	23.4%
Saldos Transitados de Mais-valia	5,274.8	14,274.4	16,631.1	2,500.0	0.6%	1.4%	1.9%	0.2%
Crédito Interno	28,545.8	28,510.0	53,013.2	40,957.5	3.0%	2.8%	5.9%	3.6%
Recursos Externos	47,997.3	67,007.1	90,310.6	59,541.5	5.0%	6.6%	10.1%	5.3%
Total de Despesas	313,819.2	345,381.8	374,096.6	368,595.1	32.8%	33.9%	41.9%	32.5%
Despesas de Funcionamento	195,801.5	228,348.7	231,045.6	238,290.5	20.5%	22.4%	25.9%	21.0%
Despesa com Pessoal	112,836.7	124,085.0	124,217.1	134,089.4	11.8%	12.2%	13.9%	11.8%
Bens e Serviços	25,734.9	34,588.3	40,308.3	37,348.8	2.7%	3.4%	4.5%	3.3%
Encargos da Dívida	29,703.3	37,323.0	28,674.7	35,114.8	3.1%	3.7%	3.2%	3.1%
Transferências correntes	25,619.6	28,644.8	31,465.5	28,578.9	2.7%	2.8%	3.5%	2.5%
Despesas de Investimento	72,250.1	70,991.7	90,570.5	83,782.0	7.6%	7.0%	10.1%	7.4%
Componente Interna	44,746.7	29,585.0	44,969.2	30,734.0	4.7%	2.9%	5.0%	2.7%
Componente Externa	27,503.4	41,406.7	45,601.3	53,048.0	2.9%	4.1%	5.1%	4.7%
Operações Financeiras	45,767.6	46,041.4	52,480.5	46,522.5	4.8%	4.5%	5.9%	4.1%

176. Nestes moldes, constata-se que o princípio do equilíbrio orçamental está preservado, perante a igualdade do montante total de recursos e da despesa pública.

IX. CONSIDERAÇÕES FINAIS

177. A proposta do Orçamento do Estado para 2021 norteia-se pelo actual contexto político, social e económico, pelo que as medidas de política nele plasmados, preconizam corrigir, em parte, os desequilíbrios macroeconómicos, e desacelerar a expansão e mitigar o impacto da COVID-19 no país.
178. A COVID-19, configura o principal elemento que pode contribuir negativa e significativamente para o risco fiscal no presente orçamento, uma vez que o seu agravamento, pode exigir maior intervenção do Estado para mitigar os seus impactos socioeconómicos, restringindo o financiamento das acções previstas no PES 2021.
179. Devido à alta incerteza quanto ao rumo actividade económica a nível nacional e internacional, a política orçamental para 2021 continuará a pautar por um maior rigor e racionalidade na realização da despesa pública visando a correcção gradual dos desequilíbrios nas contas públicas.
180. Apesar do seu carácter restritivo do presente orçamento, a despesa pública continuará a concentrar-se nos sectores considerados dinamizadores da economia, capazes de estimular o crescimento económico e reduzir as desigualdades sociais.